

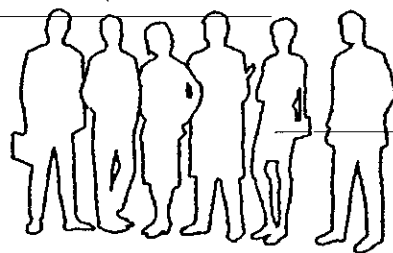
PROPOSTA DE PROGRAMA DE GOVERNO
PARA O ESTADO DE SÃO PAULO

1995-1998

MARIO COVAS

PSDB

Texto base elaborado em
Set. Out. de 1990
Grupos de Trabalho do PSDB



GOVERNAR SAO PAULO

São Paulo é o pólo dinâmico da economia brasileira. São Paulo é a trincheira mais avançada do combate ao atraso. São Paulo é a possibilidade de futuro para a nação brasileira.

Essas são algumas das certezas que me reconduzem a essa frente de luta, que é a defesa das conquistas que São Paulo foi capaz de realizar, pelo trabalho de sua gente e pela riqueza de seus recursos naturais, humanos e culturais. Defesa que se faz necessária nessa quadra adversa por que passa o país como um todo, mas que atinge especialmente São Paulo, pelo importante e estratégico papel que o estado desempenha no conjunto da economia brasileira.

A necessidade de preservar São Paulo não leva, entretanto, a uma atitude passiva. Ao contrário, exige que preparemos um grande salto para o futuro. Dadas as condições do sistema produtivo paulista e a capacidade tecnológica aqui instalada, é possível desenvolver uma política de inovação tecnológica que atinja a produção e a administração. Isto se faz pela difusão do conhecimento acumulado, pela criação de condições para a pesquisa em novas pontas e pela incorporação do conhecimento ao sistema produtivo. E se faz, sobretudo, pela qualificação do trabalhador, para seja ele a base do novo desenvolvimento, e para que os avanços de produtividade resultem em elevação do salário real e da promoção de suas condições de vida.

Nosso estado está pronto para fazer a sua revolução tecnológica porque tem as condições necessárias: capacidade produtiva instalada na cidade e no campo, possibilidade de acesso ao estoque disponível de conhecimentos no estado, no país e no exterior e, o que é condição obrigatória, uma consciência social, razoavelmente generalizada, da necessidade de que seja feita a transferência do conhecimento tecnológico, dos laboratórios para a produção.

Não será possível dar o grande salto na esteira da revolução tecnológica sem revolucionar também o ensino de 1º e 2º graus. E essa revolução educacional, que é uma das prioridades da Social-Democracia Brasileira, apenas será possível se exterminarmos com as causas que tornam crônica a insuficiência do sistema de ensino básico em nosso estado: o corporativismo, a desvalorização da profissão de professor, a decadência da escola pública.

A educação oferecida pela rede pública tem de ser um

fator de realização pessoal da criança, do jovem e de sua família e fator de progresso para toda a sociedade.

Um estado como São Paulo, que atingiu níveis de produção de riqueza compatíveis a economias do 1º mundo, precisa apresentar, em seus indicadores sociais, o mesmo nível de desenvolvimento. Não é o que acontece. Os serviços de saúde, em particular a assistência médico-hospitalar, estão em processo de franca deterioração, o que se constata pela simples observação. Infelizmente, em saúde, uma administração incompetente produz efeitos evidentes e imediatos, que se expressam no aumento, da já excessiva carga de sofrimento da maioria da população.

É nosso compromisso recuperar os serviços de saúde a cargo do estado, prover os municípios dos meios necessários à unificação dos serviços de saúde, e assegurar à iniciativa privada, de natureza filantrópica como as tradicionais Santas Casas, os meios para que voltem a cumprir sua histórica e importante função na assistência hospitalar.

Também é insatisfatória a situação do saneamento básico, principalmente na Região Metropolitana e nas grandes cidades. Como já é reconhecido, um meio ambiente saudável produz resultados excelentes nos níveis de saúde da população, bem como sustenta um processo de desenvolvimento continuado. Será preciso universalizar o sistema de coleta de esgoto e solucionar com as mais modernas tecnologias a questão de sua destinação.

É preciso despoluir os rios, fazê-los renascer, para que a interação com a natureza resulte em saúde na cidade de São Paulo e em progresso econômico no interior do estado. Também há de se cuidar dos solos para que São Paulo seja paradigma de produtividade em toda a área agricultável e de pecuária, e que a incorporação tecnológica torne possível, no curto prazo, que o pequeno agricultor seja parte da epopéia da agroindústria paulista.

A economia paulista, nos mais diferentes setores, atingiu alto grau de desenvolvimento mas encontrou nos anos 80 uma interrupção neste processo.

A infraestrutura econômica vem se deteriorando e além da sua recuperação, será preciso realizar o esforço de reequipá-la. Isto significa formular e implementar um sistema gerencial moderno e eficiente, para bem integrar a malha viária do estado, conjugado ao reaparelhamento dos portos de Santos e São Sebastião, cuidando da integração intermodal necessária ao bom escoamento da produção. Dentro da política de transportes, existe campo para o governo estadual, em colaboração com os municípios, resolver o penoso problema dos transportes coletivos urbanos

que atormenta a vida dos trabalhadores dos grandes centros urbanos, estimula a violência, degrada as condições de trabalho da maioria da população.

Para nós, da social-democracia brasileira, o trabalhador está no centro de todas as políticas. Hoje, sua angústia maior é o desemprego, ou a perspectiva de desemprego. Um governo estadual pode, e deve, intervir na questão de duas formas: indiretamente, criando condições para o desenvolvimento das atividades produtivas da iniciativa privada. Diretamente, incrementando programas de forte impacto na oferta de emprego. Um programa habitacional formulado com audácia e implementado com vontade e coragem pode assegurar emprego para a mão-de-obra desqualificada. Na outra ponta, como grande indutor de desenvolvimento tecnológico em muitos setores, o estado pode assegurar emprego à mão-de-obra altamente qualificada, em programas de difusão e incorporação tecnológica para todos os setores da produção e administração, e para um programa de qualificação intensiva de mão-de-obra para a indústria e agricultura, e atividades correlatas, como a pecuária e a pesca.

São Paulo tem tradição na história da cultura brasileira e, por diversas vezes, foi pólo de dinamização da produção cultural, assim como campo para inovações culturais e artísticas de fundamental importância para o país. A Social Democracia Brasileira considera que a realização do indivíduo tem na criação, difusão e consumo cultural um instrumento poderoso e, por isso, acredito que é pertinente ao governo do estado formular e implementar uma política cultural consistente, em todos os setores da atividade cultural, em todas as suas modalidades, sem prescindir do valioso apoio da iniciativa privada e, em estreita colaboração com os municípios.

Garantir em São Paulo, segurança para a atividade econômica, diminuindo as incertezas para o investimento e mantendo o nível de emprego para os trabalhadores; formular políticas sociais que apóiem cada indivíduo na busca da sua plena realização pessoal; governar São Paulo a partir de uma política de desenvolvimento regional, que considera as especificidades e necessidades de cada região do estado e as articula num processo global de desenvolvimento; preservar, para os paulistas, seu patrimônio público, cultural e natural; revolucionar as condições da produção, pelo provimento de infraestrutura e difusão tecnológica, são meus objetivos de governo, no mais estrito cumprimento dos interesses do povo de São Paulo, e dos ideais da social-democracia brasileira.

Mário Covas

Parte I - Políticas Sociais Básicas

Um governo social democrata se diferencia de outros por sua visão estratégica, de longo prazo, que define políticas sociais eficazes no presente, mas que devem estar em constante desenvolvimento para garantir às gerações futuras os mesmos, ou melhores benefícios alcançados.

A social democracia intervém fortemente na proteção aos grupos mais fracos da sociedade e concebe um governo que institui formas de estar junto aos trabalhadores e suas famílias nos momentos em que eles, por problemas alheios à sua vontade, mais precisam de proteção.

A proposta da Social Democracia tem na pessoa, no indivíduo, seu foco principal de atenção. Entende que um governo existe para garantir à sociedade níveis crescentes de bem estar e tem a obrigação de remover, por meios legítimos, os obstáculos que se antepõem entre o indivíduo e suas possibilidades de realização no campo material e cultural.

Em coerência com esses pressupostos, o Partido da Social Democracia Brasileira, através de seu candidato ao governo do estado de São Paulo, Mário Covas, formula suas políticas sociais básicas que compreendem a área da saúde, educação, trabalho e proteção social.

1. Saúde

Uma das principais características da situação da saúde em SP é o enorme contraste entre dois grupos populacionais: de um lado aqueles que, por terem adequadas condições de vida e trabalho, têm bom nível de saúde e, quando adoecem, têm acesso aos serviços de assistência médica necessários ao diagnóstico, tratamento e recuperação; de outro, os que estão submetidos a condições inaceitáveis de vida e trabalho, apresentam uma alta frequência de doenças e têm dificuldades de acesso aos serviços médicos, mesmo os mais simples, e com frequência morrem enquanto aguardam atendimento.

O nível de saúde da população do ESP está muito aquém daquele compatível ao grau de desenvolvimento econômico e social existente:

A primeira causa das mortes de crianças de menos de um ano no ESP são doenças relacionadas à assistência ao parto: grande parcela das gestantes paulistas, no estado mais rico da União, ainda não dispõe de assistência médica adequada ao período da gestação e parto. A mortalidade infantil no ESP é das mais baixas do Brasil, mas ela é o

dobro da de Cuba e três vezes maior que a dos EEUU e Alemanha.

Entre 5 e 19 anos a principal causa de mortes são os acidentes e homicídios, o que se relaciona diretamente à violência urbana e às péssimas condições de vida.

Entre adultos as causas de mortes são: homicídios, acidentes, doenças cardiovasculares, neoplasias, o que demonstra a necessidade de um sistema de assistência médica complexo, bem equipado, com profissionais habilitados;

Ressurgem e recrudescem doenças infecto-contagiosas: malária, tuberculose, e o retornam condições que favorecem o reaparecimento de doenças já erradicadas como o dengue e a febre amarela.

Aumenta o número de incapacitados por doenças ou acidentes decorrentes das condições de trabalho. Não existe a preocupação de responder ao novo perfil etário da população paulista, crescentemente jovem, mas, também, com um aumento da população idosa, graças a uma melhoria geral na qualidade de vida, e que apresenta doenças típicas da idade e não encontram na rede pública programas adequados.

Na RMGSP: falta de leitos hospitalares nas regiões mais pobres da periferia; centenas de leitos desativados nos hospitais públicos; salários indignos; absoluta falta de pessoal e de condições de trabalho; investimento na construção de novos hospitais na área central da cidade, beneficiando poucos em detrimento de muitos.

No interior: abandono das Santas Casas, as principais responsáveis pelo atendimento hospitalar na maioria dos municípios paulistas; má distribuição de centros médicos especializados, do que resulta sua inexistência em muitas regiões.

O pagamento do INAMPS não cobre os gastos efetivamente realizados: os hospitais deixam de fazer atendimento aos previdenciários e alguns fecharam as portas, o que agrava, ainda mais, a falta de oferta de serviços, sobrecarregando os hospitais públicos.

Por que tudo isso ainda acontece?

A resposta está na análise das políticas de governo nos últimos anos em que se encontram:

- a) falta de prioridade para o setor saúde;
- b) carência de recursos financeiros;

c) descaso quanto à administração dos serviços públicos de saúde da atual administração.

Antes, o governo estadual era responsável apenas pelo controle das doenças infecto-contagiosas e prestação de assistência médica aos mais pobres - mas, o momento atual exige que o governo do estado seja o formulador da política estadual de saúde e o avaliador de sua execução.

Frente a todas essas situações, a nossa proposta básica é:

DESENVOLVER UMA AÇÃO ENÉRGICA E AGRESSIVA, DE PROTEÇÃO A SAÚDE INDIVIDUAL E COLETIVA, POR MEIO DAS AÇÕES DE VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA E QUE GARANTA IMEDIATO ACESSO AOS SERVIÇOS DE ASSISTENCIA MÉDICA A TODA POPULAÇÃO

PROPOSTAS

1. Redefinição do papel do governo do estado no sistema de saúde: a é competência do governo estadual, dentro do SUS, formular a política de saúde, definindo diretrizes a serem seguidas pelos serviços estaduais, municipais e privados, no que diz respeito à assistência médica, proteção ao meio ambiente, ambiente de trabalho e proteção individual e coletiva contra agravos à saúde;

b. Cabe ao G.E. consolidar o SUS, com efetiva descentralização das atividades, sendo a execução das ações feitas pelos municípios, as quais, com a devida assistência técnica do estado, devem incluir a assistência curativo-preventiva, as ações educativas, ações sobre o meio ambiente e os ambientes de trabalho;

A MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE NO GOVERNO SOCIAL-DEMOCRATA TERA COMO DIRETRIZ O RESPEITO A AUTONOMIA DOS MUNICIPIOS, NAO PERMITINDO QUE INTERESSES POLITICO-ELEITORAIS PREJUDIQUEM A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES COMO NO ATUAL GOVERNO, QUE DEIXOU DE IMPLEMENTAR O SUS EM MUNICIPIOS ADMINISTRADOS POR PARTIDOS POLITICOS ADVERSARIOS, PREJUDICANDO 40% DA POPULAÇÃO DO ESTADO

c) ao estado cabe executar apenas aquilo que não seja peculiar aos municípios: controle das endemias, administração de hospitais e ambulatórios regionais, atendimento especializado, atividades de pesquisa e produção de insumos relacionados à saúde (vacinas, soros, análises etc.)

2. Aumento dos recursos financeiros para o setor

a) o custo financeiro da assistência médica e do controle dos fatores sanitários que condicionam a saúde cresce constantemente em todos os países do mundo; no Brasil este aumento de custo não tem sido acompanhado por um aumento nas parcelas orçamentárias destinadas à saúde.

b) deve-se ter a meta de aumentar significativamente o percentual destinado ao setor.

c) cobrar do governo federal a promessa eleitoral de aplicar 10% do PIB em saúde.

d) restabelecimento de negociações com agências internacionais, como o Banco Mundial

3. Recuperação do padrão de qualidade das ações e dos recursos humanos dos serviços de saúde.

a) recuperar a credibilidade na rede pública, devolvendo-lhe qualidade e eficiência.

b) para isso será necessário: reformar e recuperar as instalações; revalorizar os profissionais da área; remuneração digna e garantia de condições adequadas de trabalho; criação de estímulos à dedicação, aperfeiçoamento da competência e melhoria de produtividade; implantar modelos gerenciais que permitam a autonomia administrativa das unidades; planos de carreira que profissionalizem os cargos de gerência.

4. Participação do setor privado

a) cumprimento do preceito constitucional que garante a participação da iniciativa privada na prestação de serviços, mediante contrato ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas.

b) é impossível assegurar adequado atendimento hospitalar à população sem a efetiva participação do setor privado no SUS, mas será preciso fazer com que o governo federal, a quem compete definir valores e formas de pagamento, acate as propostas do governo do estado e efetue mudanças na sistemática atual.

c) garantir linhas de crédito especiais às entidades filantrópicas, junto aos bancos oficiais, incentivando sua recuperação financeira e permitindo investimentos na área de atendimento hospitalar.

5. Ações imediatas de melhoria da assistência à saúde.

Problemas que exigem soluções imediatas: atendimento médico de emergência nas grandes cidades; atendimento hospitalar ao acidentado; atenção à proteção e recuperação dos acidentes de trabalho, ao controle de vetores, à produção de insumos para a saúde etc. Para isso será necessário:

a) recolocar em funcionamento todos os leitos e consultórios desativados nos hospitais públicos;

b) contratar imediatamente todos os funcionários necessários para preencher os vazios operacionais dessas unidades;

c) equipar todas as unidades de atendimento de emergência das grandes cidades, acabando com vergonhosa situação de ocorrência de mortes por falta de atendimento;

d) dar prioridade aos investimentos em áreas e atividades fins com impacto imediato sobre a qualidade e quantidade de atendimento, como a inauguração de hospitais praticamente prontos, término da reforma do Emílio Ribas;

e) rever a atual prioridade de obras em áreas centrais e a política de excessivas contratações em atividades meio;

f) moralizar as atividades administrativas, contratação só com concurso público, e acabar com compra de serviços, equipamentos e materiais sem licitação;

g) repassar recursos para execução de atividades prioritárias nos municípios que estiveram à margem da municipalização no atual governo;

h) participação popular em todos os níveis do sistema, tanto nas decisões políticas, quanto no controle das ações operacionais.

2. Educação

A democratização do ensino realizado nas últimas décadas, ampliando o acesso à escola, e atendendo a um número crescente de crianças e jovens, não foi acompanhada de uma melhora na qualidade do ensino, do nível salarial dos professores e das condições materiais das escolas. A máquina administrativa da Secretaria da Educação está obsoleta e é incapaz de servir como instrumento para a implementação de uma Política Educacional.

A situação atual na educação é a seguinte:

- a) maior oferta de vagas no 1º grau por causa da obrigatoriedade legal;
- b) 16% das vagas do 1º grau são preenchidas por alunos com idade inferior a 7 anos e superior a 14 anos;
- c) o atendimento de 2º grau é da ordem de 40% da população teoricamente demandatória (15 a 18 anos). Apenas 25% das matrículas estão ocupadas por alunos da faixa etária ideal, sendo 15% ocupados pelos retardatários. Quer dizer: 75% da população entre 15 e 18 anos encontram-se na seguinte situação: uma pequena parcela matriculada no 1º grau e a grande maioria fora da escola;
- d) o pré-escolar foi o segmento de ensino que mais aumentou na década de 80 e a demanda está em crescimento;
- e) participação majoritária da esfera estadual no atendimento do 1º e 2º graus;
- f) o nível de escolarização do ESP apresenta-se da seguinte forma: no 1º grau, São Paulo apresenta índices equivalentes aos 10 primeiros países classificados no grupo de renda per capita média alta, de acordo com critérios do Banco Mundial. Quanto ao 2º grau, situa-se entre os últimos, superando apenas o Brasil e a Argélia;
- g) os dois grandes entraves são a evasão e a repetência: a reprovação solapa o 1º grau, enquanto a evasão corrói o 2º grau;
- h) a criação do "Ciclo Básico" em 84, juntando a 1º e 2º séries transferiu para a passagem da 2º para a 3º série o gargalo existente;
- i) a criação do PROFIC (Programa de Formação Integral da Criança) alcança um nº pequeno de crianças.

ALGUNS NÚMEROS

Número de alunos no 1º e 2º graus de 78 a 88

	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
	nº de matric.	nº de matric.	nº de matric.
1978	3.787.218	465.873	634.938
1980	3.889.974	470.853	713.351
1982	4.115.034	484.752	699.711
1984	4.405.261	498.387	718.006
1986	4.650.847	529.548	826.090
1988	4.964.588(6,7)	527.858(-0,3)	929.692(12,5)

Número de matrículas por nível de ensino (88)

	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1º grau	4.367.283	511.102	644.848
2º grau	597.305	16.756	284.844
Ed. Inf.	84.649	492.970	181.410
Ed. Espec.	20.475	1.349	553
Total	5.069.712	1.022.177	1.111.655

TOTAL/ NÍVEL

1º grau	5.523.233	Ed. Espec.....	22.377
2º grau	898.905		
Ed. Inf.	759.029	TOTAL	7.203.544

Nº de escolas, salas de aula, classes, e alunos por classe

	Escolas	Salas	Classes	Alunos/classe
1978	3.870	39.467	101.797	37,2
1980	4.318	44.878	106.881	36,4
1982	4.758	48.912	117.089	35,1
1984	5.112	52.867	128.365	34,3
1986	5.501	59.867	137.763	33,7
1988	5.860	65.298	147.982	33,5

Investimentos em Educação : despesas previstas e realizadas como percentagem do total de investimentos do estado

	Despesa Prevista	Despesa Realizada
1978	12,69	15,96
1979	18,21	17,79
1980	14,00	17,14
1981	13,24	16,73
1982	13,47	16,80
1983	13,55	15,63
1984	17,20	15,27
1985	17,30	15,42
1986	16,73	13,26
1987	12,59	13,73
1988	15,36	11,72
1989	11,48
1990	13,89	

A falta de escolas se manifesta no nº excessivo daquelas que funcionam em mais de 3 períodos (ou turnos):

Escolas por nº de turnos (78/79)

ANO	ESCOLAS ATÉ 3 TURNOS	% TOTAL	ESCOLAS COM + DE 3 TURNOS	% TOTAL	TOTAL
78	3.482	89,5	407	10,5	3.889
79	3.604	89,1	439	10,9	4.043
80	3.932	90,6	406	9,4	4.338
81	4.177	92,4	341	7,6	4.518
82	4.337	91,1	421	8,9	4.758
83	4.512	91,9	394	8,1	4.906
84	4.557	89,1	555	10,9	5.112
85	4.709	89,3	563	10,7	5.272
86	4.867	88,4	634	11,6	5.501
87	5.013	88,5	651	11,5	5.664
88	5.085	86,6	783	13,4	5.868
89	5.059	82,3	1.082	17,7	6.141

É na periferia da GSP que se concentram os problemas de congestionamento das escolas. O déficit de escolas é um problema localizado, que se deve à migração interna.

Considerando-se as quantidades, verifica-se que é possível atender, teoricamente, à demanda existente.

É o crescimento explosivo da periferia da GSP, com a construção de conjuntos habitacionais sem previsão de demanda na área educacional, que leva a esses congestionamentos e atendimento deficiente. Portanto, um planejamento bem feito dá conta do problema.

Grande parte dos alunos permanece um período insatisfatório em sala de aula (a partir das 2 séries iniciais).

Relação docente/aluno na rede estadual de ensino

Ano	Docentes Ativos	Indice	Alunos	Indice
78	59.466	100	3.834.178	100
79	66.450	112	3.883.496	101
80	99.098	167	3.940.159	103
81	128.131	215	4.038.435	105
82	143.586	241	4.194.738	109
84	153.352	258	4.503.004	117
85	156.342	263	4.625.751	121
86	179.656	302	4.755.107	124
87	191.852	323	4.798.436	125
88	199.484	335	5.069.694	132
89	200.051	336	5.338.384	139

A relação docentes efetivos/contratados caracteriza uma situação de improvisação no recrutamento o que se reflete, obviamente na qualidade do ensino:

Funcionário/servidor

Ano	Efetivos	%	Servidores	%	Total	% Crescim.
1978	47.292	80	12.173	20	59.465	...
1979	50.540	76	15.910	24	66.450	11,75
1980	73.901	75	25.197	25	99.098	49,13
1981	81.367	64	46.764	36	128.131	29,30
1982	88.223	61	55.363	39	143.586	12,06
1983	93.915	64	51.717	36	145.632	1,42
1984	95.755	62	57.597	38	153.352	5,30
1985	88.973	57	67.369	43	156.342	1,95
1986	86.195	48	93.461	52	179.656	14,91
1987	95.307	50	96.545	50	191.852	6,79
1988	87.503	44	111.981	56	199.484	3,98
1989	81.068	41	118.982	59	200.051	0,28

Se examinarmos apenas os números parece que a situação é satisfatória, mas, na verdade, é ruim porque, por exemplo, em áreas como ciências e matemática é difícil encontrar quem se sujeite aos salários vigentes e acontece de muitas vezes turmas inteiras ficarem sem aula dessas matérias por longos períodos.

DO PONTO DE VISTA DO ENSINO OS GRANDES PROBLEMAS SÃO: 1º) O NÚMERO REDUZIDO DE HORAS-AULA OFERECIDAS AOS ESTUDANTES; 2º) A INCAPACIDADE DOS PROFESSORES DE OFERECEREM UM ENSINO ADEQUADO AOS ALUNOS

PROPOSTAS

1ª) Quanto ao magistério- estabelecimento de uma política salarial realista, que associe salários dignos a uma melhoria de ensino; deve-se aumentar a remuneração mas exigir ao mesmo tempo uma melhoria do serviço prestado à

população,garantindo a presença do professor na escola, sua dedicação ao trabalho, estabelecendo jornadas de trabalho adequadas e compatíveis com a necessidade das atividades didáticas; além de incentivos salariais, também é preciso uma carreira baseada na promoção por mérito;

2ª) Melhoria da escola como um todo- aumento de seu grau de autonomia, fortalecimento do papel do diretor,diminuição da rotatividade do pessoal docente e da direção; é preciso permitir que cada escola desenvolva características próprias, adquirindo uma face e um perfil próprios, com o qual os alunos, professores e comunidade possam se identificar; atuar nas duas pontas: investir nas escolas com dificuldades e desenvolver as escolas de melhor nível;

3ª) Política de recrutamento- concurso público

4ª) Política de investimento- gasto com educação é pequeno: em 87 não excedia 220 dólares por aluno; na escola privada esse custo é 4 vezes maior- em parte isso se deve aos baixos salários. Os recursos provêm de 3 fontes : Governo Federal,pela quota estadual do salário educação; tesouro do estado e recursos próprios dos municípios. Só os do estado podem ser utilizados para melhorar salários. Em 88 mais de 85% desses recursos foram destinados a pagamento de pessoal.O salário-educação se destina a equipamentos, construções e reformas escolares, pesquisas,programas de treinamento etc. Os recursos dos municípios tendem a crescer mas não se integram numa política estadual de desenvolvimento do ensino e se dispersam em iniciativas isoladas.Por isso, a questão da articulação entre estado e município constitui,hoje, um dos melhores meios para mobilizar e racionalizar o uso de recursos para resolver o problema educacional.

COMPROMISSO DO GOVERNO SOCIAL-DEMOCRATA:ELABORAR E IMPLEMENTAR UMA POLITICA EDUCACIONAL QUE POSSIBILITE AOS CIDADAO S RECEBEREM A INSTRUÇÃO FORMAL DADA PELA ESCOLA, QUE OS HABILITE A VIVER E PRODUZIR NUMA SOCIEDADE DEMOCRATICA,EM NIVEIS COMPATIVEIS COM O BEM-ESTAR SOCIAL

PRIORIDADES

1ª) garantir a efetiva universalização do 1º grau, atendendo a toda a demanda;

2ª) melhorar as condições de funcionamento das escolas, o que inclui:

- . manutenção adequada
- . provimento dos recursos humanos
- . plano criterioso de expansão das construções escolares

3a) a nível pedagógico:

- . redução acelerada do nº de escolas que funciona com mais de 3 turnos, para estender a jornada para 5 horas;
- . promoção de maior autonomia para as escolas
- . incentivar e promover o trabalho docente,garantindo a permanência do professor na sala de aula

4a) política salarial que eleve os salários, estabelecendo uma correlação clara entre aumento salarial e melhoria de desempenho;

5a) reorganizar, ampliar os mecanismos de treinamento e atualização do corpo docente e efetivar os instrumentos existentes de orientação e coordenação pedagógicas;

6a) esforço concentrado de capacitação dos docentes do ciclo básico, mediante programas como o CEFAM(Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério),que deve ser melhor executado, expandido e consolidado;

7a) implantar um sistema de administração ágil e eficiente, com a informatização dos serviços essenciais;

8a) estabelecimento de efetiva coordenação entre estado e municípios no sentido de utilizar, eficazmente, a soma de recursos, mediante uma nova forma de gestão descentralizada e participativa;

9a) criação de novos mecanismos institucionais para assegurar a participação da população e educadores nas decisões educacionais, na fiscalização e controle dos recursos.

Programas Especiais

10a) erradicação do analfabetismo (aproximadamente 2,2 milhões de analfabetos no estado);

11a) ampliação de ensino técnico nas escolas públicas, em interação com o sistema produtivo,para qualificação dos trabalhadores, de forma inovadora e flexível.

3. Trabalho

A diferença fundamental entre um governo social-democrata e qualquer outro é a sua concepção de Estado. Propugnamos pelo princípio de um Estado socialmente necessário que, em relação ao trabalho,tem como diretrizes: garantir a expansão das oportunidades

de trabalho e de emprego produtivo; a liberdade de organização dos trabalhadores e sua livre manifestação; o desenvolvimento de programas de proteção aos trabalhadores frente a dificuldades que têm de enfrentar no curso de seu trabalho e de suas vidas : desemprego, acidente, doença, velhice e, finalmente, voltar as suas políticas de governo para a elevação das condições de vida dos trabalhadores, assegurando mais e melhores benefícios a eles e às gerações futuras de trabalhadores.

Propostas

1) Frente à atual política de recessão e conseqüente aumento do desemprego e política de arrocho salarial, desenvolver um Programa Emergencial de Combate ao Desemprego. Esse programa contém um conjunto de decisões de investimento público em setores que apresentam significativa oferta de emprego e outro conjunto de medidas que visam apoiar os trabalhadores desempregados.

19) Programa Emergencial de Emprego

a) construção de 500 mil moradias para famílias de baixa renda, nos 4 anos de governo, prevista a construção de 75 mil unidades no ano de 1991;

b) construção intensiva de redes de esgoto, pavimentação de estradas, obras de urbanização em geral nas áreas de sua competência e em colaboração com os municípios, naquilo que lhes seja peculiar;

c) recuperação imediata de todos os equipamentos públicos que hoje se encontram em estado de deterioração ou abandono: hospitais, escolas, postos de saúde, estradas vicinais etc;

d) programas de informatização e modernização dos serviços públicos, em particular os que implicam atendimento direto (saúde e educação p.ex.), como forma de criar mercado para equipamentos nacionais e mão-de-obra altamente qualificada, para que não se perca, nessa política de liberação descriteriosa adotada pelo governo federal, o que já se acumulou em termos de qualificação tecnológica no estado.

20) Programas Especiais de Apoio aos Trabalhadores

a) implantação de programa especial de alimentação do trabalhador, através de cestas básicas, com preços menores que os do mercado, pela comercialização direta de produtos originados, de preferência, das pequenas

propriedades rurais;

b) isenção de pagamento, pelo trabalhador desempregado, de tarifas públicas, passes gratuitos para utilização em transportes coletivos etc;

c) reciclagem e reconversão de habilitação profissional dos trabalhadores para adaptação às mudanças trazidas pela política econômica;

d) programa de apoio à formação de associação de trabalhadores autônomos para racionalizar o emprego da mão-de-obra fora da economia formal.

2) O papel da Secretaria do Trabalho

a) reativação da Secretaria em bases distintas de seu atual funcionamento, sem paternalismos e assistencialismos;

b) de acordo com nossa ideologia social-democrata, consideramos que a riqueza nacional surge da interação capital-trabalho, cabendo ao governo prover as condições para que essa relação se dê, no campo da produção, baseada no reconhecimento e respeito mútuos; essa diretriz pautará a atuação da Secretaria;

c) a Secretaria deverá funcionar como instância participativa dos movimentos sindicais e de trabalhadores, garantindo a esses a participação na sua gestão, através de Conselhos específicos e na direção geral do governo em mecanismos participativos de natureza mais geral;

d) a Secretaria deverá atuar nos conflitos trabalhistas, participando de comissões de negociação coletiva;

e) ela agirá, sobretudo, nos conflitos trabalhistas no âmbito das empresas estatais e secretarias de governo, agilizando a resolução dos conflitos;

f) finalmente, no âmbito da Secretaria: organizar o atendimento específico às demandas dos servidores municipais e estaduais; restaurar o serviço de atendimento e assistência aos trabalhadores individuais nos postos estaduais (P.A.); valorização dos profissionais da Secretaria em atuação permanente; valorização da fiscalização sistemática.

3) Medicina e Segurança do Trabalho

a) fiscalização e atuação das empresas, em particular na questão ambiental e de saúde do trabalhador;

b) fiscalização dos convênios-creches, instituindo creches

para os filhos dos trabalhadores perto dos locais de trabalho;

c) ministrar cursos de CIPA;

d) incorporar sugestões do Diesat e do Centro de Vigilância Sanitária;

e) fazer a integração dos técnicos de saúde e da fiscalização, a partir dos municípios;

f) convênio com o IPT para atuação nos mesmos moldes da Fundacentro, na área da segurança e ambiente do trabalho; convênio com a CETESB.

4) Desenvolvimento do Trabalhador

a) promoção de cursos, palestras, encontros e seminários para os trabalhadores, em convênio com os sindicatos;

b) construção do Centro de Convenções do Trabalhador;

c) desenvolver projetos específicos para o trabalhador rural, e para o sindicalismo rural;

d) assessoramento técnico para administração de sindicatos, em particular para as categorias não organizadas.

5) Programas para os trabalhadores aposentados

a) estabelecimento de programas inter-secretarias para o trabalhador aposentado;

b) criação de centros de convivência e lazer para os trabalhadores aposentados e idosos;

c) implantação de programas de atenção à saúde dos idosos nos serviços de saúde do estado.

6) Trabalho do menor

a) programas de formação e qualificação profissional junto à rede de escolas públicas;

b) programas de monitoramento do destino dos menores no mercado de trabalho, acompanhando seu desempenho através de convênio escola-empresa-sindicato-Secretaria do Trabalho;

c) incentivo ao estabelecimento de programas de treinamento e qualificação do jovem do meio rural, respeitando a sazonalidade;

d) cuidar para que, em nenhum aspecto, o trabalho do menor sirva de instrumento para a marginalização ou diminuição do rendimento do trabalho do adulto.

7) Servidores Públicos

a) anistia aos servidores demitidos em virtude de movimentos grevistas na administração direta, indireta, autarquias, fundações e economias mistas;

b) garantir aplicação de medidas estabelecidas no governo Montoro e posteriormente ratificadas pela Constituição Federal e Estadual: desconto em folha das contribuições e serviços prestados e repasse para as entidades de classe; afastamento dos presidentes das entidades do funcionalismo, sem prejuízo de vencimentos;

c) restabelecer os Conselhos de Representantes dos funcionários, passando seu representante a ter direito a voz e voto nas decisões das diretorias das empresas;

d) valorização do quadro de funcionários do governo estadual através do plano de carreira; política salarial justa vinculada a desempenho.

4. Proteção Social

Grande parte da população de São Paulo - 1.804.556 famílias em 87 (23% das famílias do estado de São Paulo), vivem abaixo da linha da pobreza, isto é, recebem até 2 salários mínimos de rendimento médio mensal.

Os relatórios de agências internacionais (como o Banco Mundial) e a verificação empírica da realidade não deixam dúvidas sobre o fracasso das políticas sociais em diminuir a pobreza, e menos ainda as políticas econômicas têm contribuído para uma diminuição das distâncias sociais no país e em nosso estado.

Para o PSDB, as questões relacionadas à pobreza representam preocupação dominante para a definição de suas políticas sociais porque é ponto central de sua estratégia de ação a conquista de uma sociedade democrática, livre e justa.

As políticas sociais têm sido desenvolvidas, até agora, por mecanismos fortemente centralizados do ponto de vista financeiro e político, e de maneira fragmentada na sua operação institucional, com incipiente participação popular nos níveis decisórios e de controle.

O financiamento dos gastos sociais se apóia em taxas ou contribuições sociais baseadas na folha salarial,

e em impostos pagos pelos consumidores, o que faz com que os mais pobres contribuam mais para os programas sociais, sem que sejam proporcionalmente beneficiados por eles.

Também o volume de recursos destinados ao gasto social tem sido pequeno e mal usado.

1) Pressupostos para a ação

- a) descentralização política e financeira das ações sociais: municipalização;
- b) atendimento regionalizado;
- c) eliminação da fragmentação institucional para atendimento de uma mesma demanda com programas semelhantes;
- d) reconhecimento do pobre enquanto cidadão, com direito ao consumo de bens e serviços básicos de qualidade e universalizados;
- e) criação de canais para a participação social e política da população usuária e da comunidade, no controle e execução das ações sociais;
- f) revisão radical do padrão de financiamento das políticas sociais;
- g) desburocratização e modernização da máquina administrativa da área;
- h) modernização das políticas sociais para que não mais dependam de modelos únicos, de burocracias tradicionais, que não sejam mais setorializadas quanto ao atendimento das necessidades básicas; sejam prioritariamente dirigidas às zonas críticas da pobreza;
- i) buscar formas permanentes para o trabalho conjunto entre governo e sociedade;
- j) formação de um Conselho Social, de caráter normativo, com a participação das secretarias da área social.

Propostas

- a) Atendimento à criança e ao adolescente

<p>PRINCÍPIOS: 1º) ABOLIÇÃO DO ESTIGMA DE "MENOR" ATRIBUÍDO AS CRIANÇAS POBRES. 2º) A REFERÊNCIA PARA A AÇÃO SERÁ O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.</p>

as ações assistenciais serão conjugadas às

ações educativas, dentro da perspectiva de educação para a cidadania em suas três dimensões: social, pedagógica e política;

. as questões serão equacionadas levando em conta o trinômio: criança-família-comunidade;

. as programações deverão dar suporte à família, para garantir-lhes o exercício de seu papel na criação e educação das crianças e adolescentes;

. será dada prioridade às ações de desinternação de crianças e adolescentes para restabelecer seus vínculos familiares e afetivos; criação em situação de abandono-colocação em famílias substitutas; criação de casas-abertas, pensionatos em processo de co-gestão; jovens-comunidade-governo; crianças em situação de miséria com vínculos familiares: desenvolvimento de programas educativos e de orientação familiar, subsídios financeiros, garantia de acesso aos serviços de educação, complementação alimentar, recreação, esporte e arte; crianças e jovens com prática de crimes: internação em instituições públicas, adequadas à gravidade do crime, sob a guarda e responsabilidade do estado, com programa de reeducação e orientação profissional;

. criação de pequenas unidades de atendimento descentralizado em municípios e regiões;

. desenvolvimento de programas preventivos ao uso de drogas e álcool;

. programas para orientação e inserção do jovem no mundo do trabalho;

. reorganização dos órgãos estaduais que realizam o atendimento à criança e ao adolescente, unificando as secretarias.

b) Atendimento ao Idoso

"A família, a sociedade e o estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Par.1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

Par.2º Aos maiores de 65 anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos."

Propostas

- . garantir o funcionamento do Conselho Estadual do Idoso, reformulando o atual, dotando-o de representatividade e capacidade de participação na fixação das diretrizes das políticas a serem seguidas;
- . assegurar enfoque globalizante ao idoso em todas as áreas de atuação do governo;
- . preparar e capacitar técnicos para atuarem em programas dirigidos aos idosos;
- . abrir oficinas e espaços culturais para os idosos, desenvolvendo programação específica;
- . educação da população com relação ao processo de envelhecimento em suas conseqüências físicas, sociais e culturais;
- . implementar e garantir programas de saúde específicos para os idosos - atendimento médico sem filas, em horários compatíveis, atendimento integral, programas especializados de geriatria e gerontologia etc.
- . adequar transportes coletivos e acessos a prédios públicos em geral;
- . programas de preparação para a aposentadoria para os funcionários públicos, convênios com sindicatos para realizá-los também para os trabalhadores em geral.

c) Atenção às pessoas portadoras de deficiências

- . incentivar e criar as condições para que os preceitos constitucionais relativos a deficientes sejam operacionalizados;
- . descentralização dos serviços, levando-os, também, para a periferia da capital e para as cidades do interior, adequando-os às necessidades de cada comunidade e manutenção de serviços;
- . desenvolvimento de programas de reabilitação, por equipes multidisciplinares, melhorando a qualidade do atendimento e reduzindo os custos de implantação e manutenção de serviços;
- . desenvolvimento de programas de prevenção da aquisição de deficiências;
- . promover a urbanização e adequação do meio ambiente, eliminando as barreiras arquitetônicas que atrapalham os idosos e deficientes: rebaixamento de guias, sinalização do solo, rampas em lugar de escadas, acesso adequado a logradouros e edifícios públicos; acesso

adequado a veículos de transporte coletivo urbano;

. extensão a todos os deficientes da educação especial e atendimento especializado;

. criação de centros profissionalizantes para treinamento, habilitação e reabilitação profissional das pessoas deficientes;

. construção e adequação de espaços para a prática de esportes;

. extinção do atual Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Deficiente e substituição por mecanismos onde os próprios deficientes assumam a tomada de decisão nos assuntos que lhes digam respeito.

d) Atendimento à população em situação de extrema miséria

. assim são identificados todos aqueles que estão em situação de absoluta destituição : pessoas que vivem nas ruas, população migrante que chega desprovida de tudo, população itinerante etc.

. as propostas que se seguem se destinam às regiões: áreas metropolitanas, áreas de entrada da população migrante: (Mogi-Mirim, Santo Antonio do Pinhal, Ourinhos, Ribeirão Preto, Franca, Igarapava, e outras, além do Grande São Paulo)

Propostas

. criação de formas de aproveitamento da mão-de-obra em trabalhos temporários;

. criação de formas alternativas de organização para produção e comercialização (oficinas, cooperativas, núcleos de trabalho);

. desburocratização dos mecanismos de identificação e documentação do migrante;

. assistência financeira para necessidades emergenciais de alimentação e transporte;

. abrigos temporários em unidades de pequeno porte, autogeridos e/ou em co-gestão entre entidades sociais e estado, descentralizados a nível de município;

. reativação dos programas de assentamento agrícola;

. apoio a entidades da sociedade civil para programas de acolhimento e assistência;

. fortalecimento dos programas de habitação para população de baixa renda.

e) Programa de combate à miséria

São Paulo não pode continuar a admitir a existência de 10 milhões de pessoas sobrevivendo abaixo da linha da pobreza. Não se pode dar um salto qualitativo, promover a revolução tecnológica necessária à continuidade do nosso processo de desenvolvimento, sem criar mecanismos de resgate dessa significativa parcela da população brasileira que vive em São Paulo.

O agravamento dessa situação de pobreza, em função da estagnação econômica da década e da recessão que se aprofunda, demonstra que as ações desenvolvidas têm sido insuficientes, isoladas e setORIZADAS, acarretando cada vez mais a dispersão de esforços e pulverização de recursos.

Essa população de que falamos está excluída da economia, da política e da sociedade. Falta trabalho, escolaridade básica, renda e, portanto, não podem satisfazer suas necessidades de alimentação, moradia, assistência médica, previdência, educação, cultura, lazer etc. Essa população, que tem renda familiar média de até 2 salários mínimos, não tem condições de se inserir nas políticas sociais tradicionais que o governo executa para a população em geral, ou por que não atende os pré-requisitos exigidos, ou por que não possui informações ou mobilidade para reconhecer e, portanto, reclamar seus direitos.

Essa população mora em regiões menos desenvolvidas do estado, os anéis periféricos das regiões em processo de metropolização, a periferia da Grande São Paulo, e as áreas centrais da capital. Mora em favelas, cortiços, casas precárias na periferia, e até mesmo nas ruas.

Nossa proposta é de concentrar, junto a esses bolsões, ações múltiplas e integradas que promovam a melhoria das condições gerais da vida dessa população, mediante acesso à moradia, saúde, educação, trabalho, assistência.

Serão executados programas habitacionais, serviços de infraestrutura urbana, equipamentos coletivos: escolas, creches, centros de convivência, oficinas polivalentes de trabalho, postos de saúde, centrais de medicamentos e serão desenvolvidos programas de assistência em geral.

A atuação

do da Secretaria da Promoção Social será realizada em duas frentes: 1) através dos projetos "impacto" e 2) projetos continuados de atendimento aos segmentos mais

vulneráveis e residuais, tais como crianças, idosos, deficientes, desempregados.

Os projetos impactos:

- . identificarão as áreas prioritárias de intervenção;
- . farão o reconhecimento e análise das demandas existentes;
- . formarão os recursos humanos habilitados para tratar das múltiplas questões, reciclando, quando necessário os atuais funcionários;
- . realizarão convênios e contactos com outras secretarias ou órgãos de governo de outros níveis e instituições privadas para a execução dos projetos.

Parte 2 - Políticas para o Desenvolvimento

1) Agricultura e Abastecimento

São Paulo é o maior estado agrícola do país. Abaixo estão os dados (aproximados) de sua economia agrícola:

PIB agrícola SP US\$ 5 bilhões

PIB agrícola/PIB total SP 3,5%

PIB agrícola SP/ PIB agrícola Br 18%

População ocupada : 1,4 milhões de pessoas

Nº de estabelecimentos rurais : 280.000

Area média dos estabelecimentos : 72 ha

Estabelecimentos rurais até 100 ha : 86%

Assalariados permanentes : 370.000

Assalariados temporários : 420.000 (os bóias-frias)

Area cultivada : 7 milhões de hectares (13% da brasileira)

Pastagens : 10,5 milhões de hectares

Tratorização : 41 ha cultivado/trator (25% da frota)

Fertilizantes : 413 kg/ha cultivado (28% do uso de fertilizantes)

Produção rural: laranja(82% dos frutos e 97% do suco); cana-de-açúcar (50%); amendoim:(85%); ovos(50%); hortifrutícolas(80%); café(22% - 2º produtor nacional); milho (15% - 2º produtor nacional); algodão: 2º produtor nacional.

Emprego agrícola: café: 27%; cana: 26%; laranja: 13%; demais culturas: 34%

A agricultura paulista —mudou— nos últimos 20 anos; encontra-se capitalizada, tecnologicamente avançada, integrada com setor industrial e financeiro, exigindo análises e propostas modernas para equacionar seus novos problemas, gerados durante o processo de modernização.

Falta identidade entre a estrutura governamental(técnica e administrativa) e a da agricultura paulista de hoje. Formado numa época que exigia do estado forte presença, para impulsionar a modernização da agricultura, o setor público, ele próprio, pouco se modernizou, tornando-se arcaico e ineficaz.

Diretrizes para ação

a) estimular o cooperativismo e associativismo para fortalecer os pequenos e médios agricultores frente aos oligopólios do complexo agroindustrial; utilizar como paradigma alguns modelos de cooperativas como a COOPERCITRUS (8 mil associados) e que cooperam equipamentos, tecnologia, serviços de diversa natureza.

b) institucionalizar canais de participação dos setores sociais vinculados à agricultura, garantindo o controle social da política agrícola do governo;

c) regionalizar a política agrícola do governo;

d) garantir a extensão dos benefícios sociais aos trabalhadores do campo: saúde, educação, habitação, transporte;

e) ampliar o investimento nos Institutos de Pesquisa do estado, recuperando sua função histórica;

f) promover ampla reforma administrativa na Secretaria da Agricultura, adequando-o às novas exigências da agricultura paulista.

Prioridades

1ª) Política fundiária

. garantir assistência técnica às 2 mil famílias assentadas em terras públicas durante o Governo Montoro e abandonadas nos últimos anos; promover o assentamento em terras ociosas ou adquiridas das famílias restantes(cerca de 800);

. pleitear alterações na sistemática da tributação de terra, visando elevar o ITR sobre terras ociosas.

2a) Pesquisa e Tecnologia

. constituir comissões técnicas, formadas por produtores rurais, trabalhadores, agroindústria e pesquisadores, que se responsabilizarão pela definição das prioridades de pesquisa a serem apoiadas pelo estado;

. a exemplo da Universidade, incorporar a divulgação de tecnologia nas atribuições dos pesquisadores.

. criação do CENTRO DE CONTROLE DO ABASTECIMENTO para o domínio e democratização das informações sobre todos os assuntos que interessem à área, principalmente sobre oferta/demanda para o processo de formação de preços; com isso se diminuiria os inúteis "passeios" de alimentos, com diminuição de custos e com aumento da arrecadação;

. criação de CENTROS DE EXCELENCIA REGIONAIS, com base nas escolas agrícolas já existentes, para pesquisa de ponta sobre solos e irrigação etc, voltados para a difusão da informação tecnológica e incorporação de tecnologia para o pequeno e médio agricultor.

. programa de difusão tecnológica para os jovens agricultores, com treinamento no trabalho, levando em consideração o calendário agrícola e as vocações locais.

3a) Abastecimento

. criação na região de Campinas do CENTRO ARMAZENADOR DO ESTADO, articulando a malha viária nas diferentes modalidades, com a função de retroporto de Santos e São Sebastião, dotado de um sistema de gerenciamento informatizado, maximizando a utilização dos portos e diminuindo o tempo gasto com transporte e armazenamento.

4a) Conservação do Solo e Água

. formar equipes especialmente treinadas para gerenciar programas de conservação de solo e água, com ênfase nas microbacias hidrográficas, executadas pela CODASP (antiga CAIC).

. direcionar parcela do crédito rural do BANESPA e da Caixa Econômica para os agricultores envolvidos nos programas de conservação, gerenciados pelo governo.

5a) Crise Econômica e Recessão

. definir políticas compensatórias, dentro da competência do estado, no sentido de apoiar a agricultura de alimentos, no encontro de soluções para as perdas sofridas pelo setor produtivo.

6a) Planejamento e zoneamento geoambiental

. produção de informações sobre as potencialidades, vocações e restrições das áreas agricultáveis; incorporação dos avanços da biotecnologia, a disseminação e apoio a métodos e técnicas que visem a conservação dos recursos hídricos e do sol.

7a) Apoio à produção pesqueira

. incorporar ao mercado a produção pesqueira dos rios e regiões costeiras; atendimento prioritário à pesca artesanal com o fomento e apoio à construção de instalações de refrigeração e conservação, assistência técnica e financeira.

8a) Recursos florestais

. a exploração dos recursos florestais deve ser efetuada a partir do planejamento de seu manejo sustentado; portanto o apoio à atividade madeireira será dirigido a projetos de manejo sustentado e será exigida a responsabilidade legal pelo reflorestamento a cada consumidor de matéria prima florestal; o Vale do Ribeira merecerá especial atenção por concentrar cerca de 80% dos 5% remanescentes da Mata Atlântica.

2) Política Industrial

O governo do estado tem poucos instrumentos para intervenção na política industrial, uma vez que os instrumentos para a política cambial estão em mãos do governo federal. Entretanto, o governador do estado de São Paulo, onde se concentra a grande produção industrial do país, tem a obrigação de desenvolver esforços, dentro de sua área de competência, para assegurar o contínuo desenvolvimento da indústria paulista.

Coloca-se, aqui, o importante papel que o governo do estado de São Paulo pode desempenhar na articulação dos centros de pesquisa dos institutos, principalmente o IPT, e das Universidades para que se acelere a necessária incorporação que permita o incremento da capacidade de competição do produto nacional com relação ao produto importado, em função da política de liberalização das importações adotadas pelo governo federal, sem critérios claros e sem a audiência dos principais agentes envolvidos no setor.

PROPOSTAS

18) desconcentração industrial, com melhor distribuição espacial da atividade industrial dentro das regiões e micro-regiões, a fim de tornar homogêneo o desenvolvimento, evitando o crescimento acelerado das cidades grandes e aumentando a oferta de emprego nas pequenas cidades localizadas em regiões de forte polarização industrial;

- compatibilização entre o desenvolvimento industrial e as vocações locais, quanto às funções ecológicas e à disponibilidade dos recursos naturais existentes;

- integração dos setores ligados ao novo paradigma internacional, em especial a informática e a micro-eletrônica, com setores tradicionais a fim de possibilitar a difusão tecnológica;

- estímulo à associação entre instituições de pesquisa e indústria, com a criação de Polos Tecnológicos para que existam ações coordenadas e seletivas de prioridades, visando o aumento da competitividade do parque industrial paulista e possibilitando o acesso a novas tecnologias para as micro, pequenas e médias empresas;

- adequação do currículo escolar, a partir da 5ª série do 1º grau, aos novos padrões do paradigma tecnológico, em interação com o sistema produtivo;

- qualificação dos trabalhadores para que venham a ser a base do desenvolvimento da nova indústria paulista, nos setores tecnológicos de ponta;

- controle ambiental rigoroso e estratégico para que o desenvolvimento industrial ocorra de forma sustentada.

3) Transportes

Diretriz Geral

TORNAR EFICIENTE A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES PARA ESCOAR A PRODUÇÃO PAULISTA A BAIXO CUSTO, COM RAPIDEZ E SEGURANÇA, DE TAL MANEIRA QUE O PRODUTOR DE SÃO PAULO GANHE EM CAPACIDADE PARA CONCORRER COM OS PRODUTOS DA LIVRE IMPORTAÇÃO DECORRENTE DA NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL DO GOVERNO FEDERAL.

Diretrizes Específicas

OPERAR eficientemente a infraestrutura existente, antes de iniciar qualquer programa de implantação de grandes obras em São Paulo.

VIABILIZAR, no curto prazo, obras dirigidas à eliminação de gargalos das rodovias e das ferrovias, aumentando a produtividade da infraestrutura existente.

Consolidar a INTERMODALIZAÇÃO através da hidrovía do Rio Tietê, integrada à rede ferroviária e rodoviária do ESP.

Operações imediatas

- . participação da iniciativa privada na construção de terminais portuários da hidrovía, bem como na formação da frota de embarcações;

- . privatização de terminais intermodais através da cooperativização de empresas, nos eixos rodoviários e ferroviários;

- . participação da iniciativa privada na operação da FEPASA, pela constituição de frota ferroviária própria;

- . construção de acessos rodo-ferroviários entre os portos de Santos e de São Sebastião, assim como adequação do acesso ao terminal portuário de Conceiçãozinha;

- . conclusão dos trechos leste e oeste do anel viário da Região Metropolitana de São Paulo, e dos acessos ao terminal Tancredo Neves, cujas obras foram iniciadas no governo Montoro e estão paradas;

- . apoio técnico e financeiro à UNITIZAÇÃO das cargas, por meio de processos de paletização e conteneurização.

TRANSPORTAR, de modo eficiente, a produção agrícola, visando assegurar a distribuição de alimentos, a baixo custo, para a população, e evitar as perdas decorrentes da insuficiência da rede de transportes do ESP.

Operações necessárias:

- . eliminação de gargalos da infraestrutura de transportes e prioridade a investimentos em obras de complementação da rede existente;

- . perenização das estradas rurais, assegurando o trânsito em todos os meses do ano;

- . adequação das rodovias e das estradas vicinais às condições atuais de tráfego;

- . construção de armazéns e silos para concentração e distribuição da produção agrícola;
- . intermodalização, com a construção de armazéns, pela iniciativa privada, de terminais portuários no Rio Tietê, com integração rodo-ferroviária;
- . ampliação da rede de estradas vicinais em 6 mil km., a partir de ampla consulta às comunidades locais.

ADEQUAÇÃO DAS ESTRADAS FEDERAIS AS NECESSIDADES DE SÃO PAULO

Objetivo: eliminar os congestionamentos e melhorar as condições de segurança das rodovias federais existentes em São Paulo, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida da população e dar suporte às políticas de desenvolvimento econômico e social de interesse do nosso estado.

Proposta

- estabelecer convênios com o governo federal para a recuperação (Dutra) e as duplicações necessárias (BR-116 e Fernão Dias) das estradas federais que cortam São Paulo, inclusive com a perspectiva de privatização da operação de rodovias estaduais;

MELHORES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Objetivo: reduzir os preços das tarifas e dos tempos de viagens, em melhores condições de atendimento e conforto dos usuários.

Proposta

- estadualização das linhas ferroviárias da CBTU, para modernizá-las e integrá-las à rede estrutural de transporte da RMGSP
- criação de um organismo coordenador das instituições de transportes da Região Metropolitana, com a finalidade de assegurar a integração física e tarifária entre as linhas ferroviárias de grande capacidade e as linhas de tróleibus de média capacidade. Além da integração da rede estrutural de transportes, esse organismo gerenciará a integração com as linhas de ônibus. Os recursos serão canalizados através desse organismo de coordenação, e as reivindicações da comunidade farão parte das decisões e das deliberações de

seu Conselho de Administração. Também serão sua competência, a definição da política tarifária e a definição dos valores das tarifas, mediante a participação do setor produtivo, dos trabalhadores do setor e dos usuários.

**TRANSPORTES PUBLICOS DE PASSAGEIROS NAS REGIÕES
METROPOLITANAS DE CAMPINAS E SANTOS**

Objetivo: gestão descentralizada dos sistemas regionais de transportes de passageiros, visando melhorar as condições para a integração físico-tarifária, bem como de participação da comunidade nas decisões sobre atendimento, oferta das linhas e preços de tarifas.

Proposta

- instituição da Coordenadoria Metropolitana de Transportes, com a finalidade de gerenciar linhas de metrô de superfície ou Trem Metropolitano, de maneira integrada com as linhas intermunicipais de características suburbanas;

- a Coordenadoria Metropolitana de Transportes será responsável pelo planejamento e gestão dos transportes e canalizará os recursos do governo para o setor para a criação de terminais de integração, corredores exclusivos para ônibus; tudo isso para que exista uma integração físico-tarifária, com reflexos muito importantes para a população das regiões metropolitanas de Santos e Campinas porque reduzirá custos das tarifas, ampliará oferta de transportes, com maior conforto e segurança. Essa Coordenadoria será formada por representantes dos municípios das regiões metropolitanas, sendo que a definição da política tarifária e a fixação de seus valores contará com um mecanismo de participação da comunidade composto por representantes do setor produtivo, dos trabalhadores do setor e dos usuários.

AGENCIAS LOCAIS DE COORDENAÇÃO DE TRANSPORTES PUBLICOS

Objetivo: descentralizar a gestão e o planejamento das linhas de ônibus intermunicipais de característica suburbana e estabelecimento de mecanismos de participação comunitária nos aglomerados urbanos, ou nos conjuntos de cidades conurbadas.

Proposta

- formação de agências locais de coordenação de transportes coletivos, visando instituir o planejamento, a gestão, e a fiscalização das linhas de ônibus intermunicipais de característica urbana e suburbana. Serão formadas a partir de convênios interveniados

pelo governo e receberá recursos financeiros do estado para recuperação de vias, frotas de ônibus, construção de terminais e corredores exclusivos, assim como terá atribuição para definição das tarifas, contando com mecanismo de participação comunitária composto por representantes do setor produtivo, trabalhadores do setor e usuários.

5) Energia

Diretrizes gerais

- . suprimento de suficientes recursos de energia primária, de forma diversificada, de modo a assegurar a vulnerabilidade, pela variedade das fontes, e, com isso, garantir a autonomia do estado quanto a seu desenvolvimento.
- . adequada estruturação dos vetores energéticos destinados ao consumo (energia elétrica, diferentes tipos de combustíveis), visando a maximização do rendimento global composto pela cadeia de transformação eficiente da energia primária, em conjugação com o uso final;
- . racionalização das atividades consumidoras de energia, maximizando os rendimentos nos equipamentos de uso final, visando reduzir o conteúdo energético dos produtos;
- . recapacitar técnica, gerencial, e organizacionalmente as empresas energéticas estaduais para possibilitar, em conjunto com o setor privado, a viabilização dessa política global;
- . retomar um nível adequado de investimentos, na área energética, incluindo a participação do setor privado;
- . reintroduzir o processo de planejamento integral, conjugando e dinamizando as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- . subordinar o planejamento e os programas energéticos globais, a uma clara política de desenvolvimento econômico,
- . contemplar soluções que promovam a criação de empregos dentro de uma política que vise melhorar o nível de distribuição da renda e a promoção de avanços tecnológicos dos setores produtivos, deslocando-se a ênfase excessiva em programas de elevação de oferta de energia para programas combinados de racionalização do seu uso, evitando o desperdício e orientando o uso de acordo com o perfil dos setores consumidores.

Propostas de Ação

- . promover a utilização mais racional da energia, incentivando a utilização de cada energético de forma mais adequada às necessidades do usuário, de forma a minimizar seu custo e reduzir o respectivo impacto ambiental;

- . desenvolver programas integrados de suporte tecnológico e economia de energia;
- . pesquisar, desenvolver e implantar projetos de novas fontes de energia, principalmente as nacionais e renováveis;
- . estabelecer programas de controle ambiental de forma a minimizar os impactos provocados pela produção de energia, bem como o aproveitamento racional de recursos naturais e reequilíbrio do meio ambiente;
- . otimizar a utilização das instalações, equipamentos e recursos disponíveis dos órgãos que atuam no setor, através da racionalização administrativa, austeridade econômica e melhorias de produtividade;
- . implementar técnicas gerenciais e sistemas de planejamento que assegurem a correta articulação dos planos, programas e projetos de energia e demais organismos que atuam no setor, a fim de serem obtidos os resultados almejados;
- . desenvolver programa de modernização baseado no uso da informática no controle de processos, em gerenciamento e planejamento;
- . implementar medidas que permitam a reciclagem profissional dos quadros das empresas estaduais, através de um plano de carreira, efetivo e duradouro, sistema de recrutamento e preenchimento de cargos baseados no desempenho e pela adoção de políticas de gestão voltadas para a racionalização e economicidade do sistema operacional e dos projetos de expansão;
- . redirecionar as empresas de energia do ESP às suas atribuições básicas, incluindo a ampliação destas, mas eliminando-se os desvios a que foram submetidas como a execução de obras que não são objeto de suas funções específicas;
- . dar prioridade a programas de energia dirigidos à população de baixa renda;
- . viabilizar a participação de capitais privados nas empresas energéticas e nos projetos do setor, implementando um regime de exploração dos serviços que garanta a viabilidade econômica da atividade e a justa remuneração dos capitais investidos, bem como uma regulamentação que assegure aos consumidores preços minimizados e a confiabilidade nos serviços;
- . atuar no sentido de adequar os padrões de qualidade e confiabilidade do fornecimento de

energia elétrica às necessidades do mercado consumidor, assegurando os investimentos necessários;

. promover o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, considerando além da geração da energia e da navegação, o abastecimento de água, o controle de cheias, a irrigação, a aquicultura, o reflorestamento e o lazer;

. incentivar e promover programas visando à racionalização do uso de energia do estado;

. agir no sentido de efetivar o preceito constitucional, inscrito no artigo 20, par. 20 da C.F. que assegura aos estados, distrito federal e municípios, etc "participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica ..."

Diretrizes Específicas

Energia Elétrica

. expansão do sistema de geração: as obras de geração de energia da CESP deverão ter seus cronogramas compatibilizados com a disponibilidade de recursos financeiros para sua execução e com a projeção da demanda de mercado. A CPFL e a ELETROPAULO retomarão as obras de melhoria e renovação de equipamentos e instalações de usinas hidroelétricas de pequeno porte, bem como de centrais termoelétricas em suas áreas de concessão, na medida da real necessidade, e dentro dos padrões necessários para a minimização de impactos ao meio ambiente;

- obras de expansão e recuperação acrescentarão cerca de 2.000 MW à atual potência instalada, que é de, aproximadamente, 10.000 MW;

. expansão do sistema de distribuição

. retomada do Programa de Renovação do Sistema Distribuidor para eliminar os pontos críticos da rede distribuidora;

. realizar o programa de expansão da CPFL de 381 mil novos consumidores para o período de 91/94;

. a CESP expandirá seu sistema para 250 mil novos distribuidores;

. ao longo do governo, 1.400.000 novos consumidores deverão ser incorporados aos sistemas de distribuição das três empresas;

- expansão do sistema de transmissão

- . construção de linhas de transmissão e estações de transmissão com um aumento da ordem de 6.000 MVA de Potência de Transformação;

- eletrificação rural

- . promoção da utilização de energia elétrica nos processos de produção agropecuária, através da modernização das técnicas e condições de trabalho do meio rural, oferecendo ao homem do campo melhores condições de vida e minimizando o êxodo rural;

- obras e equipamentos para controle de cheias

- . redução dos impactos causados pelas enchentes do Alto Tietê, a ELETROPAULO executará as obras de seu sistema hidráulico compreendendo: renovação dos sistemas eletromecânicos; aumento da capacidade de descarga de usinas e reservatórios; bem como de sua segurança operacional;

- desenvolvimento tecnológico

- . retomada dos programas de desenvolvimento tecnológico e incentivo à tecnologia e às empresas nacionais, com destaque à nacionalização de componentes e peças de reposição do sistema de geração, transmissão e telecomunicações;

- outros programas

- . prioridade ao saneamento econômico e financeiro das concessionárias;

- . atuar, junto ao governo federal, pela reformulação institucional do setor elétrico, pela adoção de um modelo econômico financeiro e tarifário que promova a eficiência e, por meio desta, a redução dos custos e das tarifas aos consumidores;

- . dar continuidade aos programas sociais de eletrificação para atendimento às populações de baixa renda;

- . prioridade a programas de expansão e melhoria do sistema de distribuição nas regiões onde esse sistema mostrar sinais de deterioração;

- . prioridade programa de manutenção e melhoria do Parque Gerador de Energia Elétrica;

- . acelerar a implantação da hidrovia Tietê-Paraná, permitindo a navegação fluvial em cerca de 1,6 mil km nas vias principais e 600 km nas vias secundárias.

Gás Natural

- programa de expansão da COMGAS : expansão do Anel Metropolitano de Alta Pressão da COMGAS, ligando o sistema de São Bernardo com o da Baixada Santista;
- linha tronco e extensão de laterais industriais em Cubatão, ligando as 17 indústrias para o consumo de 800 mil m³/dia.

Biomassas Vegetais

- . estabelecer zoneamento agrícola, impedindo a concentração de novas unidades produtoras em áreas já densamente ocupadas pela cana;
- . limitar as possibilidades de aumentos no porte de unidades produtivas;
- . exigir e acompanhar o cumprimento das normas de conservação do meio ambiente e aperfeiçoá-las, no que se refere à produção, distribuição e consumo final de combustíveis derivados de biomassas;
- . estabelecer ações para uma política integrada de combustíveis líquidos, visando reduzir desequilíbrios do mercado, e compatibilizar estrutura de consumo e o perfil de refino, no médio prazo, para possibilitar efetiva redução do petróleo bruto;
- . incentivar a co-geração de energia elétrica;
- . incentivar e promover a utilização racional da madeira energética em várias regiões do estado.

6) Saneamento e Recursos Hídricos

A social-democracia, corrente política moderna de grande força social, tem assumido em todos os países, e também aqui no Brasil, o conceito de desenvolvimento sustentado, com a perspectiva de preservação do meio ambiente, entendendo que é nossa obrigação garantir às gerações vindouras condições melhores de vida, no plano social, cultural e ambiental.

São nossos compromissos nessa área:

1) A despoluição das águas da Grande São Paulo

Esta é uma tarefa de médio prazo, de altos custos financeiros, mas com inegáveis vantagens sociais. Algumas ações serão desenvolvidas e terminadas em nosso governo. Outras terão sua solução num prazo maior.

Caberá a CETESB, nesse programa, intensificar a ação junto às indústrias para o controle de suas emissões. A SABESP executará o sistema de esgotos da Grande São Paulo.

Serão feitas gestões junto a órgãos financeiros nacionais e, sobretudo, internacionais, para aumentar os recursos financeiros estaduais necessários ao financiamento do empreendimento.

O produto final dessa ação será a reincorporação do sistema hídrico do Alto Tietê à paisagem urbana da Grande São Paulo, pelo resgate do aspecto e das qualidades das águas. As conseqüências dessa ação serão estendidas à represa Billings, ao estuário do Rio Cubatão na Baixada Santista e aos reservatórios de Edgard de Souza, Pirapora, Rasgão, Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão, Nova Avanhandava e Três Irmãos, no médio e baixo Tietê.

Outro benefício direto será a eliminação do mau cheiro crônico que tanto incomoda os quase dois milhões de habitantes da Zona Sul de São Paulo e do ABC, além de oferecer condições para usos de lazer: natação, wind surf, esqui aquático, regatas e para reforçar o abastecimento público de água na Grande São Paulo.

2) Descentralização do Saneamento Básico

O artigo 293 da Constituição Paulista permite aos municípios, até agora atendidos pela SABESP, a criação e organização de seus serviços autônomos de água e esgoto, prevendo que a indenização devida à empresa poderá ser ressarcida em 25 anos. O governo tucano cumprirá esse preceito constitucional.

Nossa proposta é de descentralização operacional e centralização normativa. Os serviços do interior serão municipalizados, cabendo ao estado a organização de programas de treinamento, orientação técnica, análise e aprovação de projetos, organização de programas de financiamento, fiscalização da qualidade da água e do esgoto etc.

A SABESP centrará sua ação nas regiões em que a dimensão do saneamento assume contornos dramáticos: Grande São Paulo, Baixada Santista e Litoral Norte.

3) Meio Ambiente: a questão institucional

Para a consolidação da Secretaria do Meio Ambiente do estado, serão incorporadas atividades hoje realizadas pela SABESP, pelo DAE e pela Emplasa.

4) Despoluição Conjunta por Bacias (Modelo Jundiaí)

Em determinadas regiões com alta densidade urbana e industrial, a despoluição será feita mediante um esforço conjunto e simultâneo entre indústrias (ou agroindústrias) e prefeituras.

O exemplo típico dessa ação é a despoluição do rio Jundiá, que envolve 6 municípios e as 10 indústrias de maior carga poluidora. No governo Montoro foram feitos os acordos e os projetos técnicos. Os custos foram distribuídos na proporção de 1/3 para os municípios, 1/3 para o governo do estado e 1/3 para as empresas. Atualmente as obras seguem em ritmo lento por falta de aporte do governo do estado, mas o modelo é bom e pode ser aplicado a outras bacias de porte médio: no Piracicaba, Sorocaba, Mogi-Guaçu, São Domingos (Catanduva), Rio do Peixe, Ribeirão Preto.

5) Proteção de Mananciais - Disciplina do Uso do Solo para Proteção das Águas

O objetivo é desenvolver a despoluição das águas a partir da prioridade indiscutível que é melhorar a qualidade das águas de abastecimento público, com vistas a garantir a elevação dos níveis de saúde pública. As ações serão de interferência na forma de utilização do espaço físico dos mananciais, tanto no que se refere à agricultura, à pecuária, ao reflorestamento, quanto ao que se refere ao desenvolvimento urbano e implementação de obras com impacto sensível sobre tais ecossistemas.

6) Concessões e privatizações de serviços e unidades de saneamento básico: o governo social-democrata vai inovar no setor, abrindo concorrências amplas, com possibilidade de "joint ventures" com empresas estrangeiras detentoras de tecnologias racionais e modernas, destinadas a unidades inteiras de tratamento de água e esgotos, unidades de bombeamento, serviços de manutenção etc.

7) Fomento ao Planejamento Urbano e Econômico a partir da ótica e ética ambientais- o planejamento será instrumento utilizado democraticamente, com participação de municípios de áreas de conflitos do uso de recursos hídricos, buscando a solução do problema que está na base desses conflitos. Um bom exemplo desse tipo de conflito é o que ocorre na macro-metrópole, onde as águas de um manancial protegido por lei e pela constituição do estado (a Billings) recebe a carga mais poluidora do estado (o Rio Pinheiros); entretanto a represa Billings, pela sua posição física, encravada na mancha urbana e situada em cota elevada, se caracterizaria, se as águas não estivessem totalmente inadequadas, como o manancial de aproveitamento mais barato para São Paulo. Para que isso aconteça em

futuro próximo será preciso solucionar o tratamento dos esgotos da região, porque é preciso que as águas do rio passem pela Billings para chegar na usina Henry Borden em Cubatão, para gerar energia elétrica.

8) Ações de pequeno porte: é preciso criar uma nova mentalidade no tratamento da questão do saneamento ambiental - problemas de coleta e destinação de lixo e de esgotos e outros - adotando-se soluções locais, de pequeno porte, com uso de tecnologias inovadoras, a exemplo do que foi realizado na capital de São Paulo, com o Plano Diretor de Combate às Enchentes. Esse Plano privilegiou pequenas soluções que, somadas, representaram um grande passo na direção de resolver, em curtíssimo prazo, o problema de enchentes na maioria dos pontos críticos, resolvendo em definitivo o problema para a maioria dos imóveis atingidos pelas enchentes em São Paulo.

7) Meio Ambiente

A social democracia brasileira considera de modo radical a questão da preservação do meio-ambiente. Portanto, ao longo das propostas setoriais, em todos os setores, está presente a dimensão ambiental porque postulamos o conceito de desenvolvimento sustentado em todas as ações de governo e em suas interações com a economia privada.

Nesse capítulo, trataremos especialmente a questão da Secretaria do Meio Ambiente e da política institucional do governo do estado.

1) Secretaria do Meio Ambiente:

- . torná-la ágil nas respostas dos problemas que enfrenta, agrupando e organizando funções e serviços a partir da demanda, compatibilizando os trabalhos dos vários órgãos da administração direta e indireta;
- . intensificação da pesquisa e do apoio à geração de tecnologias de saneamento a monitoramento ambiental;

2) Prioridades de ação:

- . gestão regionalizada pelo conceito de micro-bacias, assistência sistemática aos municípios, respeitando suas peculiaridades;
- . implementação de programas integrados e rigorosos de controle da poluição, perseguindo a meta de reduzi-la em 80% em todo o estado;
- . adequar o Plano de Controle do Ar da RMGSP às diretrizes do plano estadual de controle ambiental;

- . implantar parques, reservas e demais áreas especialmente protegidas pelo efetivo encaminhamento de solução às questões fundiárias;
- . proceder, para o litoral, à reavaliação dos planos de gerenciamento costeiro, ora em desenvolvimento, pela ótica de nossa proposta de planejamento regionalizado por micro-regiões;
- . criação do Sistema Estadual de Meio Ambiente para articular todos os órgãos que desenvolvem políticas setoriais de impacto ambiental.

B) Universidade, Ciência e Tecnologia

1) Política para a Universidade

As melhores universidades do país estão localizadas em São Paulo: três estaduais, uma federal, e algumas das melhores das particulares, PUC, Metodista, Getúlio Vargas.

No âmbito da política geral do governo Mário Covas, as universidades têm um papel fundamental a desempenhar:

a) na recuperação do conjunto do sistema educacional do estado: formação, reciclagem de professores; reflexão e reformulação de métodos e técnicas pedagógicas etc;

b) na liderança do processo de desenvolvimento científico e tecnológico que permita ao estado de São Paulo, e mais que isso, ao Brasil, conquistar a capacidade para participar do grande salto qualitativo, de natureza tecnológica, que o mundo industrializado começa a realizar;

c) na resolução dos graves problemas sociais que, apesar da grandeza e pujança da economia paulista, persistem em nosso estado: saneamento, habitação, nutrição etc.

Quanto à autonomia financeira recentemente conquistada pelas Universidades estaduais, o compromisso é de sua manutenção, definindo em lei critérios claros e permanentes de repasse dos recursos financeiros (nos moldes da FAPESP), também definindo aí o percentual a ser da receita a ser destinado à universidade. Quanto autonomia acadêmica, é uma conquista irreversível da universidade e, para nós, é sagrada.

A questão da expansão do ensino universitário deve ser vinculada à discussão do modelo; a criação de novas universidades deve estar ligada à possibilidade de estabelecer novos modelos, com novos padrões de carreira, vinculação com a sociedade e, basicamente, com a solução dos problemas do conjunto do sistema

educacional, do ensino básico.

2) Ciência e Tecnologia

Situação atual

O ESP atua na produção de conhecimentos; na promoção e financiamento de pesquisas; na difusão do conhecimento produzido e no apoio aos usuários tradicionais. O estado de São Paulo sustenta, com recursos próprios, a grande maioria de sua produção científica e tecnológica, situação única entre os estados da federação. A produção científica e tecnológica do estado é, no mínimo, de igual magnitude ao total de todo o país; é a de melhor nível em quase todos os ramos do conhecimento e, em vários casos é a única.

Disso, se conclui que São Paulo tem estatura e capacidade instalada para ter uma política científica e tecnológica independente da esfera federal, de acordo com as prioridades que o governo definir.

A pesquisa, em São Paulo, é feita nas Universidades, principalmente estaduais: USP, UNESP, UNICAMP; nos Institutos de Pesquisa: IPT (diversificado e o mais importante do país), subordinado à Secretaria de Ciência e Tecnologia; Instituto Agrônômico de Campinas, Instituto de Zootecnia, Instituto da Pesca, Instituto Biológico, Instituto de Tecnologia de Alimentos, Instituto de Economia Agrícola - subordinados à Secretaria da Agricultura; Instituto Botânico, Instituto Florestal, Instituto Geográfico e Geológico - subordinados à Secretaria do Meio Ambiente; Instituto Butantã, Instituto Adolfo Lutz, Instituto do Coração - subordinados à Secretaria da Saúde.

Problemas: com exceção do INCOR e, em parte, do IPT, temos:

- . salários muito defasados
- . plano de carreira inadequado porque inibe a renovação de quadros e atualização das linhas de pesquisa
- . instalações ultrapassadas

A estrutura de financiamento é - FAPESP, recursos destinados a pesquisadores; FUNCET (fundo do antigo BADESP, incorporado ao BANESPA): recursos para empresas; FUNDO BANESPA DE TECNOLOGIA: recursos bancários para empresas.

A promoção da pesquisa é feita pela CATI (Casas da Agricultura); PROMOCET (fomento a empresas de alta tecnologia); SEDAI (Serviço Estadual de Assistência aos Inventores); CEDINS - Centros de Desenvolvimento de Indústrias Nascentes (de alta tecnologia), em São Carlos, São José dos Campos,

Campinas.

PROPOSTAS

Considerando que SP é responsável por metade da produção industrial do país, o maior produtor de software, automação e serviços de natureza tecnológica; que a nova política industrial causará efeitos diretos em SP, que o governo estadual terá, obrigatoriamente, uma presença maior no processo de desenvolvimento industrial e que ele conta com mecanismos amplos para compensar as ações do governo federal, são definidas as seguintes prioridades:

1ª) resolver a situação calamitosa da maioria dos institutos de pesquisa quanto a salários, carreira, instalações e equipamentos;

2ª) criar mecanismos de apoio às empresas privadas, industriais e de serviços para: modernizar instalações; adequar produtos a especificações do comércio exterior; automatizar linhas; desenvolver softwares e outros recursos da informática necessários à competitividade das empresas; melhorar processos, para baixar custos e aumentar produtividade; adquirir e desenvolver tecnologia de modo mais eficaz e flexível;

3ª) mobilizar a capacidade técnica, financeira e promocional do estado para os ajustes que a economia estadual deverá ter (sem subsídios ou favores);

4ª) orientar, em parte, a capacidade de pesquisa do estado para aplicações de interesse social - transportes, saneamento, saúde pública, habitação etc), conforme as definições do programa de governo;

5ª) como está expresso em várias das propostas setoriais: transportes, agricultura, indústria, educação, saúde, administração pública, a incorporação tecnológica é um componente chave e de tão extremada importância que falamos de Revolução Tecnológica. A redefinição do papel do governo na resolução das questões sociais, na sua relação com a economia e com um projeto de efetiva modernização da gestão de serviços públicos, como educação, saúde e segurança, permitem essa expressão. Na verdade, ao atuar como forte indutor de produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico o governo do estado de São Paulo, fornecerá as condições para o grande salto tecnológico.

8) Habitação

O governo Mário Covas enfrentará o problema habitacional compreendendo, exatamente, a sua complexidade e

magnitude, sabendo que seu equacionamento exigirá a mobilização de um grande volume de recursos financeiros. Compreende, também, que não existe solução técnica única e, portanto, estará engajado no encontro de soluções as mais diversificadas, que correspondam à realidade local dos programas a serem desenvolvidos. Do mesmo agir, ao negar a centralização da política habitacional que, necessariamente, terá de se realizar em marcos institucionais novos, descentralizados e eficientes para garantir a ótima cooperação entre União, estado e municípios.

PROPOSTAS

1) Criação do Sistema Estadual de Habitação com efetiva capacidade para integrar, coordenar e gerenciar os diferentes programas e subprogramas:

- . financiamento subordinado estritamente ao interesse social;

- . sub-sistema gerencial para a integração das diferentes instâncias e setores da administração pública, a nível estadual, regional e municipal;

- . sub-sistema de apoio aos municípios em programas especiais, como por exemplo, a urbanização de favelas, intervenção em cortiços etc;

- . sub-sistema de informações necessárias ao planejamento das ações propostas;

- . sub-sistema de apoio integrado pelas diversas agências governamentais responsáveis pelos serviços públicos fundamentais à habitação, para que seus planos setoriais levem em conta o planejamento habitacional;

- . a participação da iniciativa privada não se restringirá apenas à contratação, em regime de empreitada, das obras e serviços de construção, mas também os fabricantes de insumos básicos, materiais intermediários ou componentes acabados, produtores de pré-fabricados etc deverão merecer atenção especial, de modo a se integrarem a um processo coordenado de participação no planejamento e tomada de decisões, bem como na execução de programas e projetos;

- . sub-sistema de apoio fundiário, que estabelecerá regras e normas rigorosas que impeçam a prática de especulação; mas, também, oferecerá estímulos econômicos e legais àqueles que se dispuserem a ampliar, em condições adequadas, a oferta de lotes urbanizados à população de baixa renda, instituindo linhas de financiamento para o comprador final e de crédito aos produtores de lotes.

2) Ações

Moradia é abrigo, às vezes local de trabalho e, principalmente o local de repouso depois da jornada de trabalho. Moradia é a casa mais os equipamentos que permitem nela viver com segurança e saúde: o esgoto, a água, a rua. O déficit habitacional é da ordem de 1,5 milhões de moradias, sobretudo na RMGSP e nas periferias das grandes cidades;

A execução de uma política habitacional é fundamental para a manutenção do nível de atividade econômica, portanto, de manutenção de emprego porque constitui fonte de emprego para a mão-de-obra pouco qualificada, enfim gera riqueza e renda e tem importante papel anti-recessivo.

19) A produção do chão

O terreno : o art. 182 dá ao município instrumentos para garantir, em sua política urbana, o desenvolvimento pleno da função social da propriedade urbana. O poder público pode ir desde a taxaço de impostos progressivos até à desapropriação, com títulos da dívida pública, dos terrenos urbanos ociosos para executar sua política de construção de casas populares.

20) A produção de casas

a) construção, em massa, de novas moradias, pelo setor público e privado, com a cooperação dos três níveis de governo; esse objetivo apenas pode ser alcançado com uso de novas tecnologias de material e técnicas construtivas : aqui falamos de pré- moldados para conjuntos habitacionais, casas ou prédios de apartamento, com alta compatibilidade às condições locais, ambientais e da disponibilidade de insumos

b) apoio à autoconstrução : a garantia mínima, dada pelo poder público, é o acesso ao chão; em seguida, o governo comparece com subsídio ao material de construção e assistência técnica a quem dela necessite na hora da construção; lote urbanizado, cesta básica de material de construção, embriões são programas de estímulo à autoconstrução adequados à população que ganha até 3 salários mínimos

c) programa de apoio de assistência jurídica às prefeituras municipais, com a colaboração do Judiciário, por meio da instalação de juizados de pequenas causas ou juizados especiais, a fim de regularizar a documentação dos terrenos em situação irregular, pela ação deletéria dos especuladores urbanos, a fim de que os donos dos terrenos possam obter a escritura definitiva

d) do mesmo proceder para a aplicação do artigo 183 da Constituição Federal (usucapião)

e) destinar parte dos imóveis construídos para o Programa de Aluguel Social, uma alternativa a mais para a solução da falta de moradia; com isso seria aumentada a oferta de moradias para aluguel em áreas já dotadas de infraestrutura, a preços acessíveis à população de baixa renda- o público beneficiário seria determinado por critérios de renda e tamanho da família para efeito, também da fixação do valor do aluguel que teria a variação salarial como referência para reajustes; ainda que o ideal do brasileiro seja a casa própria, o aluguel subsidiado pode responder a situações de crise e a circunstâncias pessoais em que o morador não tenha interesse em se fixar como proprietário na cidade ou região. No caso desse programa terá que haver uma legislação especial e adequação da Lei do Inquilinato. O desenvolvimento de um programa dessa natureza é de grande valor para a intervenção em cortiços e para a recuperação de sub- habitações

Fontes de Recursos

Loteria Paulista; recursos orçamentários; convênios com agências internacionais:

. atingir até o final do governo uma progressiva elevação do gasto orçamentário próprio, equivalente a 13% da atual receita derivada do ICMS (o montante de 1990 é de cerca de 6,5%)

. maximizar a eficiência dos recursos geridos pela Caixa Econômica Estadual, destinados à habitação, principalmente os recursos originários da Loteria Paulista.

. financiamento de agências internacionais; recursos federais.

Mecanismos de financiamento

1º) garantia de acesso direto à agência financiadora, sem intermediação porque esta pesa nos custos;

2º) financiar, a fundo perdido, as áreas de uso comum e a infraestrutura de loteamentos populares promovidos por entidades governamentais ou privadas;

3º) estímulo à iniciativa privada para a construção de moradias com recursos próprios e financiamento governamental, para a produção de casas para venda ou aluguel para os trabalhadores;

4º) estimular a multiplicação das Companhias Habitacionais (as COHABS), organizadas regionalmente, com a participação acionária das prefeituras interessadas, constituídas sob forma de Sociedades Anônimas, com capital majoritário do governo estadual e municipais

Metas:

- construir, até o final do governo, 500.000 casas, para famílias de baixa renda, mediante o desenvolvimento de programas e subprogramas que contemplem os diversos tipos de situações encontradas na sub-habitação

	METAS FISICAS	US\$
1991	75.000 famílias	900 milhões
1992	100.000 famílias	1.200 milhões
1993	150.000 famílias	1.800 milhões
1994	175.000 famílias	2.100 milhões

TOTAL	500.000 famílias	6.000 milhões

9) Desenvolvimento Regional

A crescente importância do interior do estado de São Paulo na produção da riqueza nacional impõe uma nova abordagem para a definição de políticas públicas e no planejamento de setores abrangentes como, por exemplo, transportes e energia.

O desenvolvimento regional, hoje, deve ser visto, antes de mais nada como uma questão político-institucional porque a Constituição Federal: redefine a distribuição de receitas em favor de estados e, especialmente, municípios; municipaliza uma série de atribuições; indica a complementaridade e integração de esforços nos três níveis de governo em áreas como educação, saúde, assistência social, planejamento etc.

O governo do estado deve liderar a -- formação -- de um novo pacto entre União, estado e municípios, construindo mecanismos político-institucionais de negociação, integração de esforços e planejamento democrático.

O governo Montoro avançou ao criar, no interior, as Regiões de Governo e os colegiados com participação dos prefeitos e técnicos do estado. A Constituição estadual abre caminho para fortalecer e ampliar os órgãos regionais, constituindo-se em instâncias de negociação e levantamento de prioridades, permitindo dotá-los de maior capacidade de execução.

A formação de consórcios intermunicipais deverá ser estimulada e apoiada com recursos técnicos, humanos e financeiros pelo governo estadual, resolvendo problemas de

escala e permitindo o encaminhamento de soluções adequadas às diferentes realidades regionais:

1) da Grande São Paulo

- redefinição integrada de atribuições entre União, estado e prefeituras para ação em setores estratégicos e metropolitanos como: transportes, saneamento básico, recursos hídricos, coleta e destinação do lixo etc;
- prioridade a programas integrados de combate à miséria e melhoria da qualidade de vida, em especial, nas áreas de segurança pública, combate à poluição, abastecimento;
- política integrada com municípios e entidades regionais para estimular a instalação de indústrias não poluidoras, de alto valor agregado, como forma de sustentar empregos e aumentar a arrecadação de impostos, sem prejuízo para as condições ambientais.

2) as Novas Metrôpoles

- Campinas, Santos, São José dos Campos e Sorocaba: são as regiões de maior dinâmica no interior - não podem ser tratadas de maneira isolada;
- deve-se evitar, a todo custo, que o crescimento dessas regiões assuma as características da Grande São Paulo;
- a metropolização imediata de Campinas e Santos, e a médio prazo de Sorocaba e São José dos Campos deve começar pela integração de políticas setoriais como: transportes, lixo, captação de água, disposição de esgotos, uso do solo, despoluição dos rios etc.

3) os Pólos Regionais de Crescimento Recente

- Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto: taxas de crescimento elevadas, baseadas em estrutura produtiva diversificada: atividades agropecuárias, agroindustriais, industriais e de serviços, que deve ser ampliada e preservada, para garantir, sobretudo, a qualidade de vida de seus habitantes; essas regiões concentram, principalmente, a produção agroindustrial, ligada à cana-de-açúcar e à laranja, voltada para a exportação e cujo dinamismo se faz sentir em atividades complementares, na área de bens de capital, insumos básicos e serviços;
- Araçatuba, Marília, Presidente Prudente: passam a se constituir como novos "pólos de atração", dinamizando-se suas atividades urbanas e atividades agroindustriais ligadas à cana, soja e carnes;
- cabe ao governo estadual fortalecer essas tendências, provendo a infraestrutura necessária a esse tipo de

atividade, ao mesmo tempo em que deverá lutar contra o esvaziamento dos pequenos municípios, dotando-os de alternativas de empregos, equipamentos e serviços públicos básicos.

10) Pequena e Média Empresa

Para a social-democracia brasileira, as micro e pequenas empresas são parte essencial para que a economia de mercado se mantenha competitiva, absorva mão-de-obra e propicie uma melhor distribuição de renda, mantida a liberdade econômica.

Assim como é função do governo controlar trustes, cartéis e oligopólios é também função do governo apoiar as micro e pequenas empresas, ambas as medidas visando manter a eficiência e a competitividade e a função social da economia de mercado.

Propostas

. na questão tributária: simplificação da arrecadação do ICMS e solução para a questão do descompasso entre o alto degrau tributário criado a partir da passagem da situação de micro-empresa para a pequena empresa: a transição do faturamento é gradual, enquanto a mudança de incidência tributária é brusca, passando da isenção à alíquota plena;

. na questão do financiamento: aportes financeiros do governo do estado através da criação de linhas de crédito para investimento e capital de giro, nas instituições financeiras do estado: BANESPA e Caixa Econômica, prevendo, inclusive, consultoria na área da administração financeira;

. incentivo ao associativismo econômico para compras, aumentando a escala da quantidade adquirida com nítidas vantagens para os compradores- formação de Centrais de Compra, segundo o ramo de atividade, para contratações de consultorias especializadas, treinamento, cursos, estratégias de marketing, atividades culturais, de lazer e atuação política em defesa dos interesses próprios.

. desenvolvimento tecnológico: garantir o acesso dos micro e pequenos empresários aos processos de incorporação tecnológica, o que poderá ser feito através dos Pólos Tecnológicos já referidos na seção de Ciência e Tecnologia

. democratização de informações econômicas importantes, o que se poderia fazer através do uso de canais alternativos de televisão, e pela RTC

.desburocratização: implantação de programas especiais de desregulamentação no que diz respeito à esfera estadual a fim de facilitar, em muito, a formação de empresas, aqui ver a referência ao projeto PAPA, na seção de Administração Pública.

11) Turismo

O turismo pode e deve ser encarado através de dois prismas: é um fator de desenvolvimento econômico importante e, ao mesmo tempo, possui uma função sócio-cultural indispensável à sociedade moderna.

Do ponto de vista econômico, o desenvolvimento da indústria do turismo se deve ao crescente tempo livre das pessoas à evolução dos transportes e das comunicações e às condições angustiantes da vida nos grandes aglomerados urbanos.

Do ponto de vista sócio-cultural o acesso ao lazer passou a ser considerado um direito do cidadão do mesmo valor que seu direito ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde etc. O turismo paulista se mostra com características diferenciadas do resto do país. São Paulo se destaca como uma destinação de turismo de negócios, de saúde e de eventos, principalmente.

O governo do estado pode apoiar iniciativas para viabilizar investimentos para a implantação de estruturas para grandes eventos em regiões com forte polarização industrial e tecnológica, como Campinas e São José dos Campos, por exemplo. Deve, também, apoiar a iniciativa privada na promoção de São Paulo como uma destinação ideal para esse segmento de mercado.

O governo do estado pode, pelo planejamento conseqüente, buscar a descentralização desses fluxos aproveitando o imenso potencial constituído pela Hidrovia Tietê-Paraná e pelas várias represas existentes no estado.

Do ponto de vista social, nosso governo investirá na criação de uma infraestrutura que permita às populações de baixa renda usufruir do lazer, com um mínimo de dignidade. Não basta construir terminais de turismo popular, mas, também, mantê-los com asseio e com os serviços funcionando adequadamente.

Da mesma forma, é preciso investir em campings, albergues da juventude, colônias de férias, parques públicos, geração de eventos locais etc. Sobre essa infraestrutura, o governo do estado organizará programas voltados para os vários públicos: estudante, operário, terceira idade etc., visando um caráter educacional mais abrangente, notadamente no que diz respeito às questões ecológicas.

PROPOSTAS

- a) ordenamento das regiões do estado através de um levantamento do potencial turístico, de forma a promover um fluxo turístico intra-regional;
- b) investir na melhoria e na ampliação da infraestrutura de turismo e lazer social, de forma a assegurar a todos o direito de fazer turismo e ter lazer e dignidade;
- c) elaborar programas para as diversas camadas da população, por exemplo, estudantes, crianças, trabalhadores, terceira idade etc;
- d) procurar gerar eventos em todo o estado nos períodos de baixa estação;
- e) usar de criatividade na montagem de programas turísticos ecológicos, campismo, pedestrianismo e albergues da juventude;
- f) conservar e melhorar as condições dos equipamentos turísticos e dos recursos naturais de todo o estado;
- g) criar polos turísticos novos junto a represas e hidrovia Tietê-Paraná;
- h) apoiar, decisivamente, a iniciativa privada e o turismo paulista na promoção de nossos produtos turísticos junto aos mercados nacional e internacional, através de um planejamento de marketing competente, com ação segmentada e metas razoáveis a serem atingidas a curto, médio e longo prazos;
- i) auxiliar, efetivamente, a iniciativa privada na captação de Congressos e Eventos, para a cidade de São Paulo e regiões que possuam infraestrutura adequadas;
- j) realizar um trabalho integrado com outras Secretarias, no sentido de que nosso patrimônio turístico seja preservado.

Parte 3- Políticas para Cultura

PROPOSTAS DE AÇÃO PARA UMA POLITICA CULTURAL: OS 20 PONTOS DO GOVERNO TUCANO

- 1) criação de espaço cultural, em municípios com mais de 20 mil habitantes, a ser gerenciado pelo município, garantida a participação dos agentes culturais e o apoio financeiro e técnico do estado; os equipamentos a serem instalados devem guardar estreita correspondência com as demandas dos produtores locais;
- 2) recuperação de instalações e equipamentos dos teatros existentes, (cerca de 50 no interior do estado), com o provimento de pessoal especializado, formado pelas Oficinas Culturais (maquinistas, eletricitas, cenógrafos, iluminadores etc);
- 3) locação ou arrendamento de cinemas desativados, a fim de garantir espaços para a produção brasileira de filmes de longa, média e curta metragem, assim como de video;
- 4) garantir, junto aos municípios, a destinação de área, em caráter perene, para a instalação de circos, prevendo, inclusive, um mínimo de infraestrutura (instalações sanitárias, elétricas, etc);
- 5) garantir espaços adequados na Região Metropolitana da Grande São Paulo para as manifestações culturais dos movimentos populares de cultura;
- 6) desenvolver uma política competente e séria de conservação e preservação dos bens culturais comuns que fazem parte do patrimônio público: bibliotecas, museus e pinacotecas, monumentos, arquivos históricos etc;
- 7) produção de filmes documentários, curtas e longas metragens de ficção, escolhidos em concorrência pública, com a participação de capital privado, contemplando mecanismos de co-produção e com isso incentivar a retomada da instalação do polo cinematográfico de São Paulo, processo interrompido pela ausência de uma política específica;

8) política de financiamento das atividades culturais: discussão ampla para fixação de critérios quanto à origem dos recursos destinados à produção artística (renúncia fiscal x dotação de verbas); critérios de financiamento: prioridade para a consolidação de grupos e produção permanentes, em todas as áreas; linhas de crédito especiais para a produção de espetáculos, exposições etc em todas as áreas. Aqui serão acionados os mecanismos institucionais participativos já existentes, as comissões de cultura, com o fortalecimento de sua representatividade e atribuições.

O Fórum Estadual de Cultura será o órgão formulador das diretrizes que nortearão as decisões relativas aos critérios de financiamento;

9) incentivar as diversas formas de associação entre produtores artesanais para a comercialização de produtos e para a fixação das tradições culturais que esse tipo de produção representa;

10) desenvolver a capacidade do Memorial da América Latina fazendo com que as produções artísticas que ali se apresentam, contribuam para sedimentação do conhecimento e das experiências dos produtores locais, através da realização de seminários, workshops etc;

11) organização de Festivais Internacionais em 4 áreas: Dança, Teatro, Música, Cinema, e também de festivais regionais e inter-regionais para o intercâmbio de experiências e informações;

12) implementação de um Plano Editorial do Estado, fazendo com que as publicações produzidas, pela administração direta ou pelas empresas do estado, tenham uma tiragem adequada para a democratização de sua distribuição;

13) utilizar, no processo de alfabetização, elementos que permitam a disseminação do hábito da leitura, isto é, aprender a ler, lendo literatura;

14) ensino artístico, para formação de pessoal em todas as áreas, inclusive prevendo a forte presença de cursos de qualificação artística dentro das escolas do estado, no contexto do Programa Alavanca;

- 15) facilidades para a circulação da produção de artes plásticas pelos espaços culturais, garantido o acesso da população;
- 16) efetivação do preceito constitucional no que diz respeito à produção regional para a televisão, engajando a RTC em experiências pioneiras nessa direção;
- 17) interrelacionar cultura com comunicação e educação, porque não se pode pensar em cultura sem difusão e desconsiderando o poder dos meios de comunicação de massa, assim como se deve pensar a Escola como principal responsável pela transmissão da herança cultural;
- 18) combater os oligopólios e monopólios pela sua ação antidemocrática e de restrição aos direitos do usuário;
- 19) investir em tecnologias da comunicação, em especial na absorção de novas tecnologias de ponta;
- 20) criar o Fórum Estadual de Cultura com ampla participação de produtores, promotores e gestores culturais.

Parte 4- Políticas para Educação Física, Esporte e Lazer

Diretrizes gerais

- a) a nível de Educação Física, ampliar sua presença nos currículos escolares, permitindo à criança um tempo maior de permanência na escola;
- b) tornar a Educação Física uma disciplina definida em suas peculiaridades locais, a partir do projeto pedagógico das escolas;
- c) a nível do lazer: formular projetos no sentido de abrir espaços públicos para a comunidade;
- d) valorizar o meio-ambiente, recuperando-o, quando necessário, permitindo novos espaços para o lazer comunitário;
- e) a nível dos esportes, democratizar as oportunidades, estimulando iniciativas de caráter regional;
- f) promover o associativismo para estimular os jovens para a mobilização participativa;
- g) utilizar, plenamente, os espaços públicos (Universidades, colégios, empresas) em associação com setores privados, no sentido de ampliar a prática e qualificar a formação esportiva da juventude paulista;
- h) promover reformas físicas e administrativas permitindo às pessoas portadoras de deficiências o acesso ao esporte e ao lazer;
- i) incorporar o adulto e o idoso a projetos e propostas formuladas para a educação física, esporte e lazer.

Prioridades

- a) A criança e a escola

A Secretaria da Educação é que deve ser responsável pela condução da Educação Física no sistema escolar estadual; a Educação Física tem uma dimensão esportiva mas não deve estar subordinada aos valores do esporte competitivo e especializado: deve se voltar para a formação integral da criança.

Para implementar essa diretriz a Secretaria da Educação e a Universidade devem pesquisar formas corretas de aplicação da Educação Física no currículo escolar.

b) o Esporte: da Amarelinha à Seleção

O esporte articula a educação e o lazer em múltiplas dimensões. O estado de São Paulo tem uma rede de faculdades públicas de Educação Física (São Paulo, Campinas, Rio Claro, Bauru, Presidente Prudente) com potencial tecnológico instalado a nível de centros de treinamento olímpico.

Nossa proposta é atuar em duas frentes.

10) propiciar oportunidades a toda a comunidade;

20) identificar talentos e possibilitar o desenvolvimento alternativo requerido pela especialização, quando a referência for o esporte de alto nível;

Na comunidade: a atividade esportiva será proposta a partir de um calendário articulado a nível estadual, dirigidos a todos os segmentos da população, valorizando iniciativas regionais e locais. A atividade esportiva será administrada tendo em vista o lazer, a sociabilidade e a participação comunitária.

No esporte de alto nível: a questão se coloca para a geração de tecnologia e para a pesquisa científica: as Universidades e Institutos de Pesquisa deverão pilotar a rede que será instalada no sentido de identificar e possibilitar o treinamento avançado.

5) adoção de técnicas administrativas ágeis e eficientes, com a informatização dos serviços essenciais;

6) criação de novos mecanismos institucionais para assegurar a participação da população e educadores nas decisões educacionais, na fiscalização e controle dos recursos, para assegurar a autonomia das escolas;

7) estabelecimento de efetiva coordenação entre estado e municípios no sentido de utilizar, eficazmente, a soma de recursos, mediante novas formas de gestão, descentralizada e participativa;

8) criar programas de interação escola/comunidade nas áreas de esporte e cultura, dirigidos à população jovem.

<p style="text-align: center;">Parte 5 - Políticas para Segurança e Justiça</p>
--

As pessoas só podem gozar da felicidade se estiverem seguras. Para o governo é absolutamente obrigatório garantir a segurança das pessoas contra a violência que grassa nas grandes cidades do estado e distribuir bem e democraticamente a justiça.

A questão central da política de segurança do governo social-democrata é o investimento no homem. Para isso, será preciso:

- . capacitar e formar os profissionais da área de segurança, melhorar a Academia de Polícia e as condições de trabalho dos policiais;

- . estruturar bem a carreira policial e pagar melhor;

- . criar um Centro de Processamento de Dados e um Banco Estadual de Dados Criminais sobre pessoas condenadas, procuradas ou desaparecidas; veículos roubados; roubo de cargas de caminhão; tráfico de drogas; identificação civil e criminal;

- . criar vantagens para o trabalho noturno nas delegacias para garantir o seu contínuo funcionamento;

- . fortalecer a Polícia Científica, adotando novas tecnologias e formando especialistas no exterior;

- . fazer com que a polícia proteja melhor a comunidade, dando segurança para as escolas, para os locais de lazer do bairro; para isso, reorganizar os Conselhos Comunitários de Segurança, e criar o Departamento de Polícia Comunitária;

- . fortalecer o Poder Judiciário, com melhor distribuição da justiça, com a disseminação dos juizados de pequenas causas e juizados especiais;

- . reorganizar os Conselhos Comunitários de Segurança;

- . criar o Departamento de Polícia Comunitária;

- . fortalecer o Poder Judiciário, com melhor distribuição da justiça, com disseminação dos juizados especiais e os de pequenas causas;

- . construção de mais cadeias para acabar com a impunidade que é o que mais alimenta o crime; pôr em funcionamento os presídios construídos;

. distribuir os presos nas cadeias de acordo com o tipo de crime cometido e o tamanho da pena;

. criação de cadeias especiais para a detenção de menores que pratiquem violência contra a pessoa ou que sejam reincidentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente;

. criar o TELE-VITIMA : um órgão de coordenação e informação para prestar socorro às vítimas da violência, com a instalação de uma linha telefônica especial;

. criação do FUNDO DE ASSISTENCIA AS VITIMAS DA VIOLENCIA, constituído por, entre outros recursos, parte do resultado do trabalho do preso;

. para nós, da social democracia a segurança se torna mais eficiente quando chega junto com a justiça. Por isso no nosso governo vamos inovar, criando núcleos onde estão ausentes a justiça e a segurança - nas periferias das grandes cidades; para prevenir o crime; para levar mais segurança para as pessoas; para impedir que os receptadores continuem atormentando os jovens; para assegurar o acesso dos mais necessitados à assistência jurídica gratuita: são os NINJAS;

. NINJAS (Núcleos Integrados de Justiça e Segurança): centros públicos de justiça e segurança, assim conceituados: reunir dentro de uma mesma área, concebida como um centro público, unidades físicas independentes, sob a administração de cada órgãos, destinadas ao funcionamento, com os serviços auxiliares, de: a) juizados especiais e de pequenas causas e, também, conciliatórios; b) promotorias públicas, curadorias necessárias; c) assistência judiciária; d) Ordem dos Advogados; e) assistência social; f) delegacia de polícia (com carceragem proporcional); g) destacamento da polícia militar. Serão localizados nas sedes de regiões administrativas e nas periferias das grandes cidades.

A Polícia

. política de recursos humanos: preenchimento das vagas existentes, criação de plano médico-assistencial para atender à corporação, realocação de policiais que estejam fora das funções substituindo-os por funcionários civis contratados, elaboração de um programa de formação e aperfeiçoamento visando melhorar o desempenho e aumentar os salários;

. política de recursos materiais: modernização do equipamento e estabelecimento de um sistema financeiro e de patrimônio adequado à preservação desse equipamento;

. política de execução policial:

a) montagem de um sistema de informação integrado à estrutura do poder judiciário, criação de um Centro de Processamento de Dados e de um Banco Estadual de Dados Criminais sobre: pessoas condenadas, procuradas ou desaparecidas; veículos roubados, roubo de cargas rodoviárias; tráfico de drogas; armas; sistema de identificação civil e criminal;

b) iniciar o processo de discussão da unificação das polícias civil e militar, com vistas à revisão constitucional de 1993;

c) efetivação da integração polícia-povo;

Sistema Prisional

. formular nova política carcerária:

a) criação de assistência jurídica efetiva para acompanhar o regular cumprimento da pena e para requerer os benefícios prisionais a que o condenado tem direito;

b) prover os estabelecimentos penais de pessoal e equipamentos para que funcionem;

c) construção de novos estabelecimentos penais;

Menor Infrator

. criação de estabelecimentos adequados para a detenção de menores que pratiquem violência à pessoa, reincidentes em atos infracionais (conforme o Estatuto da Criança e Adolescente); os menores deverão ser separados por critérios de idade, compleição física, e gravidade da infração.

<p align="center">Parte 6- Desenvolvimento da Administração Pública</p>
--

a) Os Serviços Públicos

. as propostas contidas nesse documento indicam a necessidade de adequações institucionais e organizacionais, o que será oportunamente formulado;

. a proposta chave para atender às novas funções que a modernização da sociedade requer do governo está contida no programa denominado PAPA- Postos de Atendimento Público Administrativo;

- esses Postos atenderão às pessoas físicas e jurídicas que demandam o serviço público em caráter administrativo e é composto por três modalidades:

1) Atendimento Telefônico: número telefônico (de 3 dígitos) para:

a) dar informações sobre serviços prestados pelo governo do estado: documentos necessários para qualquer caso; local e horário de funcionamento dos serviços estaduais; localização de equipamentos; programações culturais e de eventos; horário de trens e ônibus; itinerários dos transportes coletivos etc.

b) receber queixas, reclamações e sugestões vinculadas a serviços prestados pelo estado;

2) Postos de Atendimento: semelhantes às agências bancárias, com atendimento por terminais de computador, com gerentes e sub-gerentes para atenderem questões mais complexas; esses Postos farão:

. recebimento de processos administrativos e demandas a qualquer área da administração;

. nos casos em que o solicitante requeira, entrega, no posto, a resposta e/ou documentos solicitados; exemplos: certidões ou certificados de conclusão de cursos, ficha escolar, exames e laudos médicos, situação fiscal, débitos etc

3) Respostas pelo Correio: nos casos em que o solicitante tenha indicado endereço, as respostas e documentos serão encaminhados pelo correio; também serão comunicados, da mesma forma, as convocações necessárias para a continuidade de processos; ex: quando há necessidade de mais documentos, falta de alguma informação etc.

Resultados da implantação dos PAPA:

- . controle centralizado do funcionamento do atendimento estadual;
- . informações precisas antes, durante e depois de qualquer necessidade que deva ser atendida pelo estado;
- . locais para atendimento administrativo adequados à sua função, com funcionários qualificados, profissionalizados no atendimento público, com informações rápidas e corretas.

Para a administração pública em geral, a informatização na ponta, em relação ao usuário, obrigará à informatização de todo o sistema de prestação de serviços e informações o que trará inegáveis avanços na organização da estrutura da administração pública.

O PAPA será um processo continuado de racionalização dos serviços, e criará uma nova dinâmica nos procedimentos administrativos.

b) Os Servidores Públicos

O compromisso da social-democracia com a justiça social coloca como diretriz principal, sem prejuízo da elaboração de programas específicos, a revalorização dos servidores públicos em todas as áreas e setores da administração direta. Isto significa:

- . reestruturação e adequação das carreiras; aumento de salários;
- . investimento na capacitação e reciclagem de pessoal, treinamento para as novas rotinas definidas pela informatização do serviço público;
- . admissão por concurso público; acesso a cargos de chefia também mediante concursos;
- . fim do clientelismo, do fisiologismo e do corporativismo. Com relação às empresas e fundações, buscar uma adequação entre os salários e carreiras da empresa pública e da privada, sem corporativismo.

Parte 7- Projetos Especiais

1) Area da Segurança Pública

Núcleos Integrados de Justiça, Assistência e Segurança
(NINJAS)

2) Area da Educação

Programa de Educação e Profissionalização
(ALAVANCA)

3) Area de Transportes

Sistema Integrado de Transportes e Armazenagem
(SINTA)

4) Area da Agricultura e Abastecimento

Sistema de Apoio à Comercialização e Abastecimento
(SACA)

5) Area da Administração Pública

Postos de Atendimento Público Administrativo
(PAPA)

NINJAS

Conceito: a segurança será mais eficiente no sentido de proteger as pessoas, prender e punir os criminosos, se ela estiver presente onde se faz necessário e quando estiver associada à justiça. Por exemplo: quando a polícia faz uma ação repressiva muitas vezes acaba não prendendo suspeitos porque não tem a presença do juiz para decretar, por exemplo, a prisão provisória; outras vezes o inquérito policial não anda rápido porque é mal feito, dadas as precárias condições de trabalho dos policiais: nesse caso a presença do promotor junto às investigações evitaria isso.

Por outro lado, se sabe que 70% das ocorrências policiais são "zicas", coisas sem importância tipo: briga de vizinhos, arruaças de bar, briga de marido e mulher, crise de um doente mental, que vão acabar na delegacia congestionando-a e impedindo os policiais de cuidarem de casos mais sérios.

Muitos dos delitos poderiam ser evitados com uma ação preventiva em que advogados junto com assistentes sociais e psicólogos atuassem na comunidade atendendo famílias com problemas graves e em processo de desagregação.

A idéia dos Ninjas é juntar num mesmo espaço físico-Juizados: de pequenas causas, especiais - do jeito mesmo em que se prevê na Lei; Promotoria; Assistência Jurídica (Defensoria Pública) que presta assistência jurídica gratuita para quem não pode pagar; Assistência Social; Juizado de Menores (da Criança e do Adolescente); Delegacia de Polícia; destacamento da Polícia Militar. Esses serviços funcionariam conjuntamente mantendo sua independência.

A localização dos NINJAS obedece o seguinte critério: locais de alta densidade populacional; baixa qualidade de vida; falta de delegacias; e alto índice de criminalidade (Cidade Ademar, Campo Limpo, Itaim Paulista, Mauá, Diadema, Baixada Santista, região de São José dos Campos, região de Sumaré).

O horário de funcionamento será contínuo, de acordo com as particularidades de cada órgão para aproveitamento integral do espaço físico. O patrulhamento ostensivo (tipo Rota) estará integrado com o sistema NINJA.

Os NINJAS serão como a porta de entrada para o sistema mais geral de segurança e justiça. Resolverão, no ato, aquilo que for de sua alçada, e remeterão para as unidades mais complexas e especializadas as questões mais complicadas.

(Vantagens outras: a presença dos Ninja nas periferias vai inibir a ação dos receptadores que exercem forte pressão para que as pessoas (principalmente crianças e adolescentes) continuem a roubar para alimentar seus ganhos.

Os Ninjas também funcionarão como delegacias de defesa do consumidor: o pobre lá da periferia, quando compra alguma coisa estragada não sabe o que fazer, a quem se queixar: aí, pode ser atendido no Ninja.

A partir dos Ninjas será organizada a Polícia Comunitária que, entrosada com a comunidade vai poder zelar pelas escolas, creches, postos de saúde etc.

PROJETO ALAVANCA

Revolucionar o sistema educacional de São Paulo, é o compromisso básico do Governo Mário Covas. Isso será feito a partir da transformação radical de sua gestão: os órgãos centrais serão enxugados e a descentralização será feita com base na escola, tornada autônoma e forte, com mais dinheiro e poder à sua disposição para resolver problemas de manutenção e limpeza, que terá no Conselho de Escola um órgão de gerenciamento e planejamento, em parceria com a comunidade.

Construir escolas onde sejam necessárias, aumentando o número de vagas e valorizar o professor em sala de aula, com carreira bem estruturada e salários dignos, e garantir a melhoria do nível de ensino na escola pública são mais que compromissos: são obrigação de um governo que considera o investimento no ser humano uma prioridade absoluta.

Para que essa revolução resulte em benefício para toda a população, será acompanhada de outras ações de grande magnitude e que integramos no PROJETO ALAVANCA. Esse projeto tem por objetivo estratégico alavancar a revolução educacional de São Paulo e a modernização da sociedade paulista.

Objetivos do Programa

I. Erradicação do Analfabetismo

O estado de São Paulo tem cerca de 2 milhões e 200 mil analfabetos, com mais de 10 anos de idade.

ANALFABETOS COM MAIS DE 10 ANOS DE IDADE				
ESTADO DE S.PAULO				

Idade	Total	%	Acumulado	%
10-14 anos	84.274	3,8	3,8
15 a 19 anos	71.201	3,2	155.475	7,0
20 a 24 anos	126.210	5,7	281.685	12,7
25 a 29 anos	120.422	5,5	402.107	18,2
30 a 39 anos	301.063	13,7	703.170	31,9
40 a 49 anos	398.351	18,1	1.101.521	50
50 anos e +	1.096.664	49,9	2.198.185	100

Desse total, 1.846.764 se encontram nas zonas urbanas do estado, em grandes e médias cidades. Ou seja, grande parcela desses analfabetos vive na região mais moderna do país, onde existem mais equipamentos escolares, comunicação, transporte, organizações comunitárias.

Se atentarmos que 1/3 dos analfabetos têm menos de 40 anos de idade, conclui-se que o afastamento dessa população da escola denuncia sua inadequação às características de vida e trabalho dessa população.

Para atingir esses grupos de trabalhadores jovens e adultos, vivendo em grandes centros urbanos, assim como o contingente de maior idade, será necessário romper o modelo rígido da escola atual, com horários inadequados, rígidos e em estabelecimentos oficiais.

O PSDB sabe que, no governo, cumprirá o compromisso de vencer o analfabetismo. E esse compromisso se baseia no seguinte tripé:

- 1) mobilização de recursos que superem o sistema regular de ensino: universidades, empresas, sindicatos, entidades de classe, associações e os mais variados setores sociais deverão ser conquistados, comprometendo-se com seus recursos físicos e humanos na luta pela erradicação do analfabetismo;
- 2) implantação de formas novas, flexíveis, de atendimento a esses alunos, com professores-monitores que possam lhes dar atendimento em horários apropriados, bem como o uso de equipamentos e materiais mais modernos que garantam maior autonomia aos alunos-trabalhadores;
- 3) descentralização de recursos e da gestão a fim de que os municípios (que deverão ser os carros-chefes da erradicação do analfabetismo) se sintam estimulados, incentivados a mobilizar suas comunidades para a solução desse problema.

II. Capacitação de docentes para o Ciclo Básico

A preocupação com o analfabetismo obrigatoriamente implica em evitar a sua reprodução.

Assim, o PSDB se volta, também, para a formação do profissional que atuará na escola básica, principalmente nos dois primeiros anos do 1º grau, onde se desenvolvem as habilidades básicas para a leitura e escrita e os raciocínios lógico-matemáticos, instrumentos vitais para o progresso individual na sociedade moderna.

No Governo do Estado de São Paulo, o PSDB dará apoio específico à formação, a nível do 2º grau, de docentes para o Ciclo Básico. O modelo dos CEFAMs (Centros de Formação

e Aperfeiçoamento do Magistério), com alunos e professores em período integral, com programações específicas para cada unidade escolar, organização contínua e adequada dos estágios, deverá ser ampliado e consolidado, atendendo, prioritariamente, as regiões que apresentam maiores índices de repetência e evasão nas primeiras séries do 1º grau.

III. Programa especial de Bolsas de Estudos

Para se modernizar, país e São Paulo terão de empreender um enorme esforço para superar as seqüelas culturais e tecnológicas da negligência com que suas elites têm tratado a universalização da educação básica de boa qualidade.

São Paulo, um estado onde mais de 90% da população, em algum momento, por algum tempo, ingressou na escola primária na idade apropriada, metade dos alunos não alcança a 4ª série e menos de 1/3 chega à 8ª série na idade correta. Boa parte dos que se mantêm na escola, o fazem em cursos noturnos, com evidente desvantagem e mau aproveitamento.

Estudos recentes mostram que não é apenas a pobreza que impede o sucesso dos alunos na escola e diminui as suas chances na vida profissional. Não completar a escolaridade se deve, em boa parte, à precariedade organizacional e pedagógica dos serviços que são oferecidos à população.

Após várias repetências e dadas as dificuldades financeiras que enfrentam, o aluno e sua família acabam por aceitar como intransponível a oposição entre escola e trabalho, e o abandono escolar acontece.

O dramático é que esse abandono ocorre antes que a criança e o jovem tenham desenvolvido adequadamente o raciocínio lógico-matemático e a se comunicar bem, o que apenas o aprendizado escolar primário pode garantir. A competição no mercado de trabalho se torna ainda mais desvantajosa para esses jovens.

Sem a escolarização básica, com o 1º grau incompleto, sem nenhuma habilitação profissional, o jovem, e mesmo a criança acabam entrando para o mercado "informal" sem profissão e com poucas chances de acesso a programas de qualificação profissional que lhes permitam ingressar nos setores mais dinâmicos da economia, onde a remuneração é melhor. Ou seja, está formado o círculo de ferro em torno dos mais pobres.

Portanto, de acordo com o ideário social-democrata, além de garantir uma melhoria substantiva na qualidade da escola pública de 1º grau, vamos ajudar as crianças e os

jovens das famílias mais pobres a permanecerem na escola até o final do curso e prepará-los para o mercado de trabalho formal, onde as oportunidades de progresso material e cultural estão colocadas.

Esse programa de bolsas de estudos será orientado para oferecer à população entre 11 e 17 anos, de famílias com renda familiar média mensal até 4 salários mínimos, a oportunidade de permanecer na escola durante os 8 anos básicos, participando do ensino regular e de programas de habilitação profissional. A bolsa terá um valor variável entre 1/2 e 1 salário mínimo, crescendo com a idade.

As condições para participar do programa são:

- . estar matriculado na escola pública estadual de 1º grau
- . ter uma frequência satisfatória nos anos anteriores
- . pertencer a famílias com rendimentos de até 4 salários mínimos

O programa alcança o limite de, no máximo, 2 crianças por família.

O aluno deverá permanecer durante 8 horas, parte na escola, parte em treinamento dentro e fora da escola.

Também para esse programa a sociedade será mobilizada, em particular as empresas, públicas e privadas, para que equipem as escolas ou permitam a utilização de seus equipamentos para os programas profissionalizantes.

Os programas profissionalizantes serão distribuídos em 3 áreas para os alunos entre 11 e 14 anos: técnica: serviços gerais em bancos, comércio, escritórios, digitação, marcenaria, cerâmica, vidraria; artística: desenho, pintura, modelagem, música; desportiva, em conjunto com clubes e Secretaria de Esportes, para iniciação em modalidades desportivas de caráter competitivo; de acordo com vocações e habilidades aferidas durante o programa.

Para os jovens entre 15 e 17 anos, os cursos de habilitação profissional seriam mais complexos, na tradição SENAI/SENAC, aproveitando ao máximo a possibilidade de convênios com essas entidades, com empresas e serviços públicos em geral. Exemplos de habilitações para essas faixas: computação, eletrônica, mecânica, secretariado, auxiliar de enfermagem, magistério, química, desenho técnico e industrial etc.

Os recursos do programa de bolsas não sairão dos 30% da verba assegurada pela Constituição para manutenção e desenvolvimento da educação.

Haverá uma descentralização dos recursos e autonomia da escolha dos alunos pela escola, através dos Conselhos de Escola: as bolsas serão atribuídas a escolas das regiões mais pobres do estado. As famílias se inscreverão, serão visitadas, entrevistadas, avaliadas e escolhidas pelo C.E. a partir dos critérios definidos no programa.

Acreditamos que, também para esse programa que, afinal beneficiará a todos, principalmente o estado de São Paulo, será possível contar com a colaboração e o engajamento efetivo de toda a sociedade organizada.

PAPA

PAPA- Postos de Atendimento Público Administrativo

Esses Postos atenderão às pessoas físicas e jurídicas que demandam o serviço público em caráter administrativo e é composto por três modalidades:

1) Atendimento Telefônico: número telefônico (de 3 dígitos) para:

a) dar informações sobre serviços prestados pelo governo do estado: documentos necessários para qualquer caso; local e horário de funcionamento dos serviços estaduais; localização de equipamentos; programações culturais e de eventos; horário de trens e ônibus; itinerários dos transportes coletivos etc.

b) receber queixas, reclamações e sugestões vinculadas a serviços prestados pelo estado;

2) Postos de Atendimento: semelhantes às agências bancárias, com atendimento por terminais de computador, com gerentes e sub-gerentes para atenderem questões mais complexas; esses Postos farão:

. recebimento de processos administrativos e demandas a qualquer área da administração;

. nos casos em que o solicitante requeira, entrega, no posto, a resposta e/ou documentos solicitados; exemplos: certidões ou certificados de conclusão de cursos, ficha escolar, exames e laudos médicos, situação fiscal, débitos etc.

3) Resposta pelo Correio: nos casos em que o solicitante tenha indicado endereço, as repostas e documentos serão encaminhados pelo correio; também serão comunicados, da mesma forma, as convocações necessárias para a continuidade de processos; ex: quando há necessidade de mais documentos, falta de alguma informação etc.

Resultados da implantação dos PAPA:

. controle centralizado do funcionamento do atendimento estadual;

. informações precisas antes, durante e depois de qualquer necessidade que deva ser atendida pelo estado;

. locais para atendimento administrativo adequados à sua função, com funcionários qualificados, profissionalizados no atendimento público, com informações rápidas e corretas.

Para a administração pública em geral, a informatização na ponta, em relação ao usuário, obrigará à informatização de todo o sistema de prestação de serviços e informações o que trará inegáveis avanços na organização da estrutura da administração pública.

O PAPA será um processo continuado de racionalização dos serviços, e criará uma nova dinâmica nos procedimentos administrativos.

(SINTA E SACA - serão incluídos assim que estiverem elaborados.)